

Revista



# FEBASE

Ano V  
N.º 47  
1,50 €  
Novembro de 2014

Diretor: Delmiro Carreira

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira, Teixeira Guimarães e Tomás Braz

## Banca continua a reduzir trabalhadores

BBVA e Barclays são os casos mais recentes



Em defesa dos serviços  
públicos essenciais

4



UGT celebra 36 anos  
preocupada com ensino  
e formação

16

## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

**Correio eletrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Aníbal Ribeiro – SBC  
Carlos Marques – STAS  
Horácio Oliveira – SBSI  
Teixeira Guimarães – SBN  
Tomáz Braz – SISEP

**Conselho editorial:**  
Firmino Marques – SBN  
Jorge Cordeiro – SISEP  
Patrícia Caixinha – STAS  
Rui Santos Alves – SBSI  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Elsa Andrade

**Redação e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 090/062  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 63.450 exemplares  
(sendo 5.450 enviados por  
correio eletrónico)  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

**DOSSIÊ** | Serviços públicos essenciais  
Sindicatos intervêm na defesa dos consumidores **4**  
Direitos e deveres **5**  
Tarifa social **6**

**CONTRATAÇÃO** | Seguros  
A negociação coletiva e as suas complexidades **7**

**CONTRATAÇÃO** | Banca  
Revisão Global do ACT: Código do Trabalho entra no debate **8**  
BBVA quer avançar com despedimento coletivo **9**  
Nova leva de rescisões no Barclays **9**

**SINDICAL** | Banco de Portugal  
Estruturas sindicais preocupadas com condições laborais **10**  
Chamar as novas gerações aos sindicatos **11**

**Europa na encruzilhada** | Atualidade  
Melhores empregos para impulsionar a economia **12**  
Setor dos serviços: a desregulação é evitável **13**

**QUESTÕES** | Jurídicas  
O despedimento por inadaptação – algumas considerações **14**

**UGT** | 36.º aniversário  
Futuro do emprego está na educação **16**

**FORMAÇÃO** | Atualidade  
Universidade Sénior: As aulas já começaram! **18**

**TEMPOS LIVRES** | Nacional  
Karting: Vitória de António Faria Silva **19**  
King: Vimeiro consagra António Oliveira **19**  
Caminhada Febase: Descobrir a História pelo curso das águas **20**  
Xadrez: João Pacheco faz xeque-mate **20**  
Pesca de Mar: João Nunes da Silva campeão **21**  
Snooker: João Chumbinho revalida título **21**



23

**SISEP Profissionais  
de Seguros**

24

**Bancários  
Centro**



26

**Bancários  
Norte**



28

**Bancários  
Sul e Ilhas**



30

**STAS Actividade  
Seguradora**



TEXTO: TEIXEIRA GUIMARÃES

Temos de aprender que somos capazes, temos de aprender que vale a pena lutar, temos de aprender que pela nossa Dignidade vale a pena lutar

## Iremos aprender desta vez?

**T**enho medo da minha resposta, tenho receio de tudo o que a minha resposta envolve, quase tenho a certeza que não vamos aprender, mas ainda quero acreditar que podemos aprender!

**E não aprendemos porquê?  
Porque somos incapazes?  
Porque não somos competentes?**

Os trabalhadores bancários portugueses têm dado ao longo do tempo respostas capazes e elucidativas a todos os desafios que lhes têm sido colocados, ultrapassando os obstáculos que lhes têm surgido, vencendo todas as pressões a que têm estado sujeitos.

Mas têm limites, têm que ser respeitados, têm dignidade e devem ver reconhecido o seu profissionalismo e competência e isso as instituições bancárias não querem reconhecer.

O ano 2008, apesar de afastado, tem de estar presente na memória de todos os trabalhadores, nomeadamente dos bancários.

Bernard Madoff, Banco Lehman Brothers e Enron não podem ser esquecidos, nomeadamente pelas consequências que estas fraudes – pois é de fraudes que estamos a falar – originaram e pelas quais os trabalhadores, a nível mundial, ainda hoje pagam.

Neste período criaram-se produtos bolsistas de risco e rentabilidade tão elevada que já ninguém se preocupava em explicar como tais valores eram atingidos, criando-se a mentalidade do enriquecimento rápido, cada vez mais rápido, esquecendo-se os vendedores de explicarem o que estavam a vender e os compradores não se preocuparam com o que estavam a comprar. Os processos de enriquecimento em cascata funcionavam em pleno, mas para os especuladores e não para os pequenos investidores, vindo-se a verificar, para estes, ser um processo desastroso.

O lucro fácil e especulativo explica o resto!

A crise rebentou de forma violenta e tão assustadora que o medo que a mesma contaminasse todo o sistema financeiro dos diversos países obrigou à intervenção dos Estados no apoio à sua salvação, intervindo os governos neste processo.

È à medida que surgiam processos como o BPN e o BPP, os governos foram intervindo, e bem, com medo de uma eventual crise sistémica e de que o problema com qualquer um destes bancos pudesse originar a todo o sistema financeiro português.

E assim se resolveu o problema!

E logo a seguir surgiu o problema do Banco Espírito Santo, confirmando assim que a banca nada aprendeu com a crise de 2008.

Mas não vale a pena agora atirar pedras àqueles que neste momento se encontram fragilizados e que até há pouco

tempo eram idolatrados por muitos, que de bajuladores passaram a críticos, sem se lhes reconhecer um percurso intermédio entre estes dois estados de espírito.

O problema está aí, em toda a sua plenitude, e é mais um desafio que os Sindicatos do setor financeiro terão que enfrentar, apoiando os seus associados e todos os trabalhadores que são vítimas de toda esta ganância de banqueiros sem escrúpulos.

E temos ainda mais exemplos, que recentemente vivemos e ainda estamos a viver, agora com bancos estrangeiros a atuar em Portugal.

Como aceitar e compreender as palavras do presidente do Banco Barclays, justificando o abandono da atividade do banco em Portugal, Espanha, França e Itália, com o argumento de que nestes países a regulação bancária seria muito exigente e que por esse motivo iria abandonar estas operações, começando a investir em África e América do Sul?

Que sentido de decência e respeito pelos trabalhadores tem uma pessoa que profere tais palavras?

Como entender, igualmente, a posição do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria ao tentar proceder ao despedimento coletivo de 170 trabalhadores com o argumento da falta da rentabilidade do Banco em Portugal?

O que fizeram estes dois bancos e seus administradores com os prémios chorudos que receberam, relacionados com os milhões de euros que sacaram – o termo é este – no nosso País nos últimos anos?

Como é possível lançar assim no desemprego cerca de 400 trabalhadores?

E os trabalhadores bancários como vivem, como reagem e como querem responder a todos estes atropelos de que são vítimas diariamente?

Sei que os Sindicatos do setor financeiro, agrupados na FEBASE, estão disponíveis e são capazes de enfrentar todos estes desafios, participar em todas as lutas que sejam necessárias para pôr cobro a todas estas situações.

Os Sindicatos são os seus associados, têm o poder que estes a cada momento lhes queiram dar. Sem a força dos seus associados, os Sindicatos podem lutar, mas não atingem os seus objetivos.

Por isso dizia no início que tinha medo da minha resposta, mas não acredito que não sejamos capazes.

Temos de aprender que somos capazes, temos de aprender que vale a pena lutar, temos de aprender que pela nossa Dignidade vale a pena lutar.

O setor financeiro tem evoluído, mas toda esta evolução tem sido feita com o trabalho, dedicação e empenho dos seus trabalhadores.

È chegada a hora de isto ser reconhecido! ■





Conferência internacional da UGC

## Sindicatos intervêm na defesa dos consumidores

A privatização e liberalização dos mercados pode resultar numa baixa de qualidade de serviços essenciais como água, gás e eletricidade e deixar os consumidores mais vulneráveis. O alerta foi deixado na conferência da União Geral dos Consumidores, organização nascida dentro da UGT

TEXTO: **FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA**

"Quando os nossos direitos são esbuhados, temos o direito de lutar por eles". Esta afirmação foi proferida pelo líder da UGT, Carlos Silva, numa conferência internacional promovida pela União Geral de Consumidores (UGC)

subordinada ao tema "Os consumidores face aos serviços públicos essenciais", realizada dia 23 de outubro, em Coimbra.

Carlos Silva começou por lançar um apelo aos dirigentes sindicais presentes, a fim de que divulgassem maciçamente nas suas organizações a existência e a missão daquela organização, uma vez que "a UGC não se mobi-

liza a si própria e constitui também uma ferramenta de sindicalização". Não o fazer será fomentar "uma iliteracia do consumidor na nossa própria casa". De resto, o facto de "Portugal ser o 36.º país da OCDE que tem a maior carga fiscal torna os trabalhadores mais vulneráveis no domínio do Direito do Consumo, motivo que reforça a importância da UGC".

### Arbitragem para conflitos

Ana Paula Fernandes, do Centro de Arbitragem de Conflitos do Distrito de Coimbra, salientou as virtualidades da arbitragem na resolução dos conflitos de consumo: "É uma justiça alternativa à tradicional, na medida em que proporciona ao consumidor a opção por uma outra via, aliviando a atividade dos tribunais. Mas também é complementar face à tradicional, porque dirime uma franja de litigiosidade social, merecedora de regulação, que, pelo reduzido valor, nunca, ou dificilmente, chegaria aos tribunais. Por último, é uma justiça próxima dos cidadãos, porque se desenvolve num quadro informal, célere e gratuito." ■

# Serviços públicos essenciais



## Contra privatização de serviços

No tempo dedicado ao debate, este centrou-se sobretudo sobre a água, motivo pelo qual Rosa Reis Marques, vice-presidente da Câmara Municipal de Coimbra, ironizou, logo no início da sua comunicação, referindo que "ao constataremos mais uma significativa subida da carga fiscal, tememos que o Governo venha agora taxar a água". E acrescentou que a maioria, no executivo municipal, "se opõe firmemente" à privatização da água, no que conta com o apoio de todas as forças políticas.

Considerando a água um bem essencial à humanidade, exortou a que "lutemos todos em conjunto contra o lucro fácil que a sua privatização encontra nos mercados internacionais".

A este propósito, já Carlos Silva tinha antes sublinhado que "não podemos estar de acordo com a privatização, porque a água é de todos e não é de ninguém".

## Formação e educação

No período da manhã decorreu um workshop internacional de formação na área dos serviços públicos essenciais, tendo Viriato Baptista, presidente da Direção, recordado que "a UGC é uma organização que nasceu dentro do movimento sindical da UGT há 23 anos, com um propósito muito claro: ganhar autonomia e espaço no panorama português do associativismo de consumidores para melhor poder defender os direitos e os interesses dos trabalhadores; de resto, a UGC representa hoje mais de 165 mil associados, individuais e coletivos, o que diz bem da sua importância e da sua dimensão no quadro deste movimento".

Entre o conjunto de atividades que anualmente a UGC leva a cabo de forma descentralizada, tem privilegiado a formação e a educação dos consumidores em áreas fulcrais para a sua proteção: "Escolhemos para hoje a temática dos serviços públicos essenciais, por entendermos ser da maior importância esclarecer e informar os consumidores quanto aos seus direitos e aos seus deveres, no âmbito do funcionamento daqueles serviços, e pelo facto de estarmos num período de transição para a liberalização dos mercados de eletricidade e de gás natural com a consequente extinção das tarifas reguladas, o que torna fundamental a proteção dos consumidores através da adoção de medidas adequadas, com consequências significativas ▶



## Direitos e deveres

No painel sobre "Direitos, deveres e resolução de litígios", Célia Marques, do Gabinete Jurídico da UGC, começou por elencar os oito direitos do consumidor.

O primeiro é o de exigir elevados padrões de qualidade de serviço, quer na vertente técnica, quer na envolvente comercial (o incumprimento destas exigências confere o direito a indemnização).

O segundo é o de aceder a serviços que não impliquem riscos incompatíveis e não aceitáveis de acordo com um nível elevado de proteção da saúde e da segurança física dos consumidores.

O terceiro é o direito à formação e à educação por parte do Estado sobre consumo e direitos dos consumidores, designadamente com vista a poderem fazer opções racionais, ambientais e sociais.

O quarto é o de ser informado de forma clara, conveniente e objetiva, bem como a receber todos os esclarecimentos que se justifiquem, nomeadamente sobre os preços, o período de vigência do contrato, normas sobre segurança dos equipamentos, faturação, formas de pagamento, qualidade de serviço, mecanismos de reclamação e regras sobre suspensão do fornecimento do serviço (os prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devem informar regularmente os utentes, de forma atempada e eficaz, sobre as tarifas aplicáveis, designadamente as respeitantes às redes fixa e móvel, ao acesso à internet e à televisão por cabo).

O quinto é o direito à proteção dos seus interesses económicos, impondo-se a observância da lealdade e da boa-fé nos preliminares, na formação e na vigência dos contratos (as cláusulas devem ser redigidas de forma clara e precisa e não podem originar um significativo desequilíbrio em detrimento do consumidor).

O sexto é o direito a indemnização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais resultantes de prestação de serviços defeituosos.

O sétimo é o direito a recorrer aos tribunais e a mecanismos de resolução extrajudicial (serviços de mediação, de conciliação e de arbitragem) para a resolução de conflitos de consumo.

O oitavo é o direito a ser ouvido e consultado, em prazo razoável, no tocante às medidas que afetem os seus direitos e interesses legalmente protegidos, através das respetivas associações de consumidores.

Mas o consumidor também tem deveres, como promover a utilização racional e eficiente dos serviços públicos essenciais: "Ser-se consumidor implica também questionar e agir na defesa dos seus interesses legítimos e demonstrar ter consciência social e ambiental". ■





► no seu dia-a-dia, em especial junto das famílias mais vulneráveis".

Viriato Baptista referiu ainda importar ter presente que a garantia de serviços públicos de qualidade, de acesso universal e a custo justo, é um dos pilares do Modelo Social Europeu, que as estruturas sindicais e de defesa dos consumidores sempre defenderam e valorizaram: "Para responder aos consumidores vulneráveis, o Governo criou três mecanismos específicos de proteção, cumuláveis: a tarifa social de eletricidade, a tarifa social do gás natural e o apoio social extraordinário ao consumidor de energia". São mecanismos que a UGC considera importantes para "a salvaguarda dos interesses económicos e sociais e das pessoas mais vulneráveis, pelo que iremos acompanhar a sua operacionalização e os impactos nas populações, propondo alterações e aperfeiçoamentos se necessário e sempre que as respostas se mostrem insuficientes".



E terminou acentuando que os direitos de participação e à informação continuarão a ser reclamados pela UGC nas diferentes sedes em que intervém, nomeadamente no Conselho Nacional do Consumo, nos conselhos consultivos e tarifários das entidades reguladoras dos serviços energéticos e de água e resíduos, mas também junto dos seus filiados.

## Exigir qualidade

Na sessão de abertura da conferência, o representante da Fundação Friedrich Ebert, Reinhard Naumann, constatando o facto de a sala se encontrar a transbordar, manifestou o seu "orgulho em participar neste verdadeiro sucesso de mobilização e de organização", acrescentando ser importante acordarmos para estas questões dos serviços públicos essenciais, nos quais se deve incluir a saúde: "Temos de discutir como o movimento sindical, as organizações não-governamentais e os académicos podem defender o Modelo Social Europeu no presente e para o futuro".

A questão da água começou por ser introduzida logo na comunicação de Holger Thoms, coordenador da Comissão Sindical do sindicato alemão de serviços VERDI, em Berlim: "A gestão pública permite melhorar a qualidade da água e manter preços acessíveis. Com as privatizações, a qualidade piora e serviços básicos essenciais à vida passam a ser autenticamente traficados, uma vez que os cidadãos perdem a sua influência democrática, como aconteceu quando da grande onda de privatizações no Reino Unido, altura em que a qualidade das águas de consumo passaram a estar ao nível de países do terceiro mundo".

E Thoms enfatizou: "Temos de lutar contra a privatização da água, porque é algo que se prende com o futuro dos nossos filhos. A água é um direito humano. Não é uma mercadoria nem pode estar submetida às regras do lucro. Por isso os sindicatos recolheram, só na Alemanha, dois milhões de assinaturas de cidadãos de todos os quadrantes partidários, para tentar conseguir que a Comissão Europeia excetue a água da diretiva que vai apresentar sobre a liberalização do setor". ■



## Tarifa social

No último painel, intitulado "Consumidores vulneráveis. Tarifas sociais e apoio social extraordinário ao consumidor de energia", Ana Catarina Fonseca, da Direção-Geral do Consumidor, esclareceu que, para beneficiarem da atribuição de uma tarifa social de fornecimento, os clientes devem ser titulares de um contrato de fornecimento de eletricidade ou de gás natural, o consumo deve destinar-se exclusivamente a uso doméstico e em habitação permanente, e as instalações serem alimentadas em baixa tensão normal com potência contratada inferior ou igual a 4,6KVA (eletricidade) ou em baixa pressão em escalões de consumo anual ou inferior a quinhentos metros cúbicos (gás natural).

Por seu turno, Eugénia Alves, assessora da Direção de Mercados e Consumidores da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), revelou quais os direitos dos clientes economicamente vulneráveis: manterem-se no comercializador de último recurso, mudar de comercializador ou regressarem ao primeiro, não lhes serem aplicáveis eventuais agravamentos nas tarifas transitórias, terem o valor do desconto identificado de forma clara e visível nas faturas, exigirem o pagamento pelo serviço através da fatura (que deve ser comunicado com a antecedência mínima de vinte dias úteis em relação à data-limite fixada) e receberem o pré-aviso de interrupção do fornecimento com a antecedência mínima de quinze dias úteis.

Por último, António Manuel Ramos, do Serviço Municipal de Informação ao Consumidor da Câmara de Sintra, "Concelho Solidário", enunciou os principais apoios daquela autarquia aos consumidores vulneráveis. ■



## A negociação coletiva e as suas complexidades

As organizações sindicais devem participar ativamente na procura das soluções mais ajustadas às transformações operadas nos seus setores de atividade

TEXTO: **Luís Dias\***

**E**m meados do século passado, o sociólogo norte-americano Talcot Parsons, após vários estudos realizados, avançou com uma teoria que procurou retratar o modo de funcionamento das sociedades e que assentava em quatro grandes dimensões, devidamente articuladas e complementares entre si: política, económica, social e cultural.

Poderemos sinteticamente caracterizar cada uma destas dimensões assim: a dimensão política representa a organização do poder político do Estado como entidade reguladora, fiscalizadora, integradora, mediadora e defensora dos interesses individuais e coletivos em confronto interno ou externo; a dimensão económica, de natureza individual e coletiva, traduz as relações de produção e de troca de bens e serviços, interna e externamente; a dimensão social são as pessoas, os grupos organizados ou não, que ao interagirem entre si estabelecem relações sociais de interesses de várias ordens; a dimensão cultural engloba todo o conhecimento empírico e científico existente nas sociedades.

A existência de um qualquer primado de uma delas sobre as outras dimensões deverá ser temporal, dependendo da

conjuntura e do grau de conflitualidade existente, porque no limite deverão funcionar em harmonia.

Atento este quadro conceptual do modo de funcionamento das sociedades, está aqui subjacente a importância da negociação, mecanismo ancestral de entendimento entre interesses contraditórios, e por vezes até antagónicos, nos contactos ou relações estabelecidos no seio das sociedades ou no seu relacionamento com outras sociedades.

Por via disso é que a nobre arte da negociação é um processo dinâmico e ético, que implica a conjugação de vários pressupostos: legitimidade das partes, diálogo, boa-fé, seriedade, empenhamento, respeito, compreensão, vontade e compromisso para que seja alcançado o necessário entendimento que possibilite a conciliação de interesses, tendo como fim último a obtenção dos indispensáveis consensos para que o resultado traduza com fidelidade o esforço feito pelas partes para chegarem a acordo.

Será que neste momento, em Portugal, a negociação coletiva tem em conta esta conjugação de pressupostos conducentes a que a mesma traduza fidedignamente a vontade das partes? Questão complexa de múltiplas respostas, inclusive políticas e ideológicas.

A experiência e alguma observação empírica sobre o nosso mundo do trabalho demonstram que nos últimos anos a negociação coletiva entrou praticamente em letargia, perdeu dinâmica e ficou remetida apenas a revisões pontuais de algumas convenções, sendo poucos os setores de atividade que se viram dotados de novas convenções.

A crise financeira aportou consigo o alibi de que algumas entidades patronais e até

os próprios governos necessitavam para quebrarem uma certa dinâmica que a negociação coletiva estava a ter na primeira década deste século, com o aparecimento de muitas propostas de novas convenções que pretendiam o reajustamento do mundo do trabalho às transformações ocorridas por virtude das inovações tecnológicas, reestruturações várias e mudança no paradigma "detentores do capital", tendo-se passado dum "capitalismo com rosto" para um "capitalismo sem rosto".

Daqui resultou uma grande desregulamentação no contexto das relações sociais de trabalho que urge inverter e que todos os intervenientes devem ter a vontade política necessária para o seu relançamento. Os defensores do sindicalismo participativo e democrático agradecem.

O esforço tem de ser coletivo, alicerçado na boa-fé, e perceber que transformações ocorreram no mundo do trabalho, quer do lado do capital quer da mão-de-obra, que ocasionaram roturas nas convenções existentes e o seu desajustamento face ao equilíbrio dinâmico que deverá presidir sempre à manutenção da paz social em contexto de trabalho.

Todos devem assumir as suas responsabilidades, mas em particular o poder político, que a todos os níveis deve promover e zelar pela existência de relações sociais de trabalho dinâmicas e duradouras, onde o conflito seja uma via de transformação e não de destruição, porque neste contexto os trabalhadores são o elo mais fraco na cadeia do sistema produtivo e são eles e as suas famílias as principais vítimas do desemprego.

Os representantes do capital devem abandonar o caráter especulativo de maximização exponencial do lucro e a exploração desenfreada dos trabalhadores, dado que nesta sua busca perdem, bastas vezes, a noção de que o "sacrossanto mercado" tem os seus limites e o mais importante são as pessoas e não abstrações numéricas manipuláveis a seu bel-prazer.

As organizações sindicais devem participar ativamente na procura das soluções mais ajustadas às transformações operadas nos seus setores de atividade, sem nunca renegarem o seu passado histórico fundado na luta de classes, defesa dos princípios sindicais democráticos e defesa intransigente dos legítimos direitos dos trabalhadores que representam.

É nossa convicção de que a negociação coletiva em Portugal poderá vir a ser um processo dinâmico e ético se forem observados por todos os intervenientes o conjunto de pressupostos acima elencados. Haja vontade política para o fazer. ■

*\*Assessor da Direção do STAS para a Contratação*

**Revisão Global do ACT**

# Código do Trabalho entra no debate

As normas da lei geral que poderão ser introduzidas na convenção coletiva do setor bancário ocuparam a última sessão de negociações entre a Febase e os representantes das instituições de crédito

Texto: **INÊS F. NETO**

A sessão de negociações da revisão global do ACT realizada dia 11 de novembro foi, em parte, dedicada à análise das normas do Código do Trabalho que poderão ser incorporadas na convenção coletiva.

O debate centrou-se na resposta das instituições de crédito (IC) à proposta apresentada pela Febase. No documento, os Sindicatos da Federação elencaram um conjunto de cláusulas da lei geral que consideram, pela sua relevância, deverem constituir parte integrante de uma futura convenção.

Para a Febase, essas matérias são importantes para a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e, como tal, devem constar do ACT para que, caso a lei seja alterada, as partes tenham de sentar-se à mesa para negociar eventuais mudanças.

As instituições de crédito têm-se oposto à sua integração na convenção coletiva, argumentando que ao constarem do Código do Trabalho aplicam-se a todos os trabalhadores (salvo se do instrumento de regulamentação coletiva constar norma mais favorável, quando a norma geral não é imperativa) e, na eventualidade de alterações na lei, a banca não quer ficar "amarrada" a uma norma que possa prejudicá-la relativamente aos outros setores de atividade.

Depois de uma posição inicial de total oposição, as IC evoluíram, aceitando debater a inserção de algumas normas do Código no ACT.

A primeira abordagem com alguma consistência foi feita nesta sessão, em que as IC apresentaram a sua posição conceptual à proposta da Febase. Ou seja, referiram quais as matérias que,



em princípio, aceitam a introdução no ACT e quais as que rejeitam liminarmente.

## Matérias em causa

Assim, entre as matérias de eventual acordo para introdução na convenção do setor bancário constam, entre outras, as que dizem respeito ao registo de tempos de trabalho, duração do período de férias e alteração à sua marcação ou gozo, férias no ato de cessação do contrato, licença sem retribuição e ilicitude do despedimento.

Pelo contrário, manifestaram-se contra a pretensão da Febase de incluir matérias referentes ao contrato de trabalho a termo, regime geral de trabalho por turnos, encerramento temporário e definitivo do estabelecimento ou diminuição de laboração, comunicação e prova das faltas, efeito das faltas no direito a férias ou prestação de exames ou provas de avaliação.

No entanto, esta não é uma posição definitiva de nenhuma das partes, pelo que a discussão prosseguirá em próximas reuniões.

## Acordo de princípio

Na sessão a Febase anunciou também a sua posição sobre a proposta de redação de várias cláusulas avançada pelas instituições de crédito, tendo sido possível um primeiro entendimento em algumas matérias.

É o caso, por exemplo, das condições e critérios de admissão, enquadramento nos grupos ou salvaguarda de retribuição especial por isenção de horário de trabalho.

Registou-se igualmente um entendimento em cláusulas cuja redação coube à Febase, como, entre outras, a relativa ao estágio de acesso a nova categoria.

Nova reunião ficou agendada para dia 25 de novembro. ■





O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria pretende encerrar 43 balcões em Portugal e dispensar mais de 170 trabalhadores

## BBVA quer avançar com despedimento coletivo

A Febase – Federação do Setor Financeiro tomou conhecimento, no dia 11 de novembro, que o BBVA vai iniciar um processo de reestruturação que envolverá o despedimento coletivo de 177 trabalhadores.

Face a esta informação, a Febase solicitou já uma reunião à administração do banco, com caráter de urgência, com o

objetivo de obter esclarecimentos sobre o processo de reestruturação do banco e tentar inverter as suas pretensões.

A Federação aconselha os trabalhadores do banco a não assinarem qualquer documento sem falarem primeiro com os seus Sindicatos, que disponibilizam os serviços jurídicos para os apoiarem neste processo. ■

## Nova leva de rescisões no Barclays

O plano de rescisões por mútuo acordo está em vigor até 23 de novembro. O banco não descarta a hipótese de um despedimento coletivo

TEXTO: **INÉS F. NETO**



O Barclays iniciou este mês mais um plano de rescisões de contrato por mútuo acordo, com o objetivo de reduzir o quadro de efetivos em cerca de 300 a 400 trabalhadores. A reestruturação do banco envolve o encerramento de seis dezenas de balcões.

Este novo processo de rescisões, que decorre de 3 a 23 de novembro, prevê a candidatura voluntária de todos os trabalhadores, exceto os que tenham tido em 2013 avaliação de desempenho EX ou AE. É dada preferência a quem esteja afeto aos balcões a encerrar ou a serviços sobredimensionados.

Os trabalhadores que optem por rescindir o contrato não têm garantia de receber subsídio de desemprego. Embora o banco tenha solicitado ao Governo a declaração de "empresa em reestruturação", não dispõe das quotas necessárias e a solicitação poderá ser recusada.

Para compensar, o Barclays propõe aos trabalhadores condições mais vantajosas do que as legalmente previstas, nomeadamente 1,5 salários por ano de antiguidade no banco (com a garantia de um valor mínimo), bem como um conjunto de benefícios sociais, nomeada-

mente um seguro de saúde durante 12 meses, subsídio de educação para dependentes e manutenção de créditos com a taxa bonificada do ACT.

Caso não atinja o objetivo de redução de efetivos, o Barclays não descarta a possibilidade de recorrer a um despedimento coletivo.

Recorde-se que o Barclays em Portugal tem atualmente um quadro de 1.464 efetivos e um total de 147 balcões.

### Sindicatos criticam

Logo que foi conhecida a intenção do Barclays em Portugal recorrer a mais um plano de rescisões, os Sindicatos da Febase manifestaram a sua insatisfação à administração do banco.

Numa reunião realizada no final de setembro, a pedido da administração, os Sindicatos da Febase reafirmaram a posição defendida nas anteriores reestruturações, de que não aceitarão qualquer tipo de pressão sobre os trabalhadores.

A Febase manifestou a sua crítica aos responsáveis do banco, considerando

este comportamento inadmissível. A quando da implementação em Portugal, o Barclays recrutou trabalhadores de outras instituições com a promessa de um bom futuro profissional e agora descarta-os como se fossem um simples bem material, comprometendo seriamente a sua vida pessoal e familiar.

A Febase lamenta esta atitude do Barclays, que desde 2011 apresenta sucessivos planos de rescisão de contratos de trabalho, sempre com a promessa de que é o último – mas, algum tempo depois, surge mais um.

A Federação espera que de uma vez por todas o banco defina a sua política para a Europa, de forma a tranquilizar os trabalhadores quanto ao seu futuro.

### Acompanhar trabalhadores

Neste novo plano de reestruturação, e ao contrário do que sucedeu nos anteriores, o processo é debatido entre o banco e a recém-criada Comissão Nacional de Trabalhadores, estrutura a quem, nos termos da lei, compete a intervenção.

No entanto, a administração do Barclays comprometeu-se a manter os Sindicatos informados sobre o decorrer do processo.

E embora caiba à Comissão Nacional de Trabalhadores a instrução ativa e direta do plano de rescisões, a Febase está a acompanhar atentamente o seu desenvolvimento.

Os Sindicatos da Febase reafirmam a sua total disponibilidade para acompanharem os sócios, que devem, sempre que necessitem, dirigir-se aos respetivos serviços jurídicos. ■

## Estruturas sindicais preocupadas com condições laborais



Excesso de carga horária, evolução negativa das carreiras e *outsourcing* são alguns dos problemas dos trabalhadores do banco central

Texto: **INÉS F. NETO**

A situação sócio-laboral do Banco de Portugal (BdP) esteve em análise no 23.º Encontro anual das estruturas sindicais, que decorreu de 22 a 24 de outubro na Costa de Caparica, com a participação dos delegados sindicais das agências, delegações regionais, filial e restantes departamentos da instituição. Marcaram ainda presença representantes do banco central – entre os quais o administrador com o pelouro dos Recursos Humanos, Hélder Rosalino –, do SBN e do SBSI.

No período dedicado à situação sócio-laboral foram relatadas as diversas situações que afetam o bom funcionamento dos serviços nas respetivas áreas de intervenção sindical.

Dos reportes efetuados, destaca-se, em particular, a falta de pessoal com o consequente excesso da carga horária, a evolução negativa nas carreiras,

*outsourcing*, futuro da rede de agências, falta de renovação de quadros nas agências e o futuro da carreira técnico-administrativa.

A estagnação da política remunerativa, agravada pelos cortes implementados pela administração a nível social (nomeadamente, subsídios de auto-formação, apoios na saúde, etc.) foi igualmente focada.

Esta foi também mais uma oportunidade de os delegados sindicais reafirmarem o sentimento geral de clivagem geracional na instituição que, em sua opinião, deve-se, em parte, a uma deficiente condução do banco da integração e acompanhamento dos novos recrutados.

### Coesão interna

As preocupações dos trabalhadores foram apresentadas a Hélder Rosalino na sessão de encerramento do Encontro.

Em resposta, o administrador com o pelouro dos RH considerou que o clima social no Banco é bom. No entanto, sublinhou que o BdP se encontra numa situação muito complexa, decorrente do seu papel como regulador e é, hoje, extremamente escrutinado pela sociedade. Manter o banco unido e coeso deverá ser a prioridade de todos, frisou.

Hélder Rosalino alertou para o facto de todo o contexto se ter alterado: o sistema financeiro é hoje muito mais

complexo e é difícil acompanhar todo esse conjunto de complexidades e questões que dificultam o papel dos bancos centrais.

O administrador defendeu que é função de todos afirmar a independência do banco com racionalidade, bom senso e fundamento, através da excelência das suas funções e não por critérios de natureza financeira.

### Negociação coletiva

Na segunda parte do Encontro anual participaram também Teresa Cavaco, diretora-adjunta do DPG, e Paulo Alexandre, secretário da Direção do SBSI e coordenador do Pelouro da Contratação do Sindicato e da Febase.

Teresa Cavaco apresentou um estudo sobre os sistemas de pagamentos, destacando a importância do departamento, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento das áreas de futuro nesta matéria.

Já Paulo Alexandre fez o ponto de situação das negociações de revisão do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, adiantando que o processo se encontra num impasse.

Faça ao desentendimento em algumas das matérias nucleares da convenção coletiva, as partes optaram por prosseguir com a discussão de temas eventualmente menos polémicos mas importantes, deixando, para já, o debate das outras questões para mais tarde. ■



Carlos Cordeiro,  
Rui Riso,  
Hélder Rosalino,  
João Carvalho  
e Paulo Pereira  
de Almeida

## Chamar as novas gerações aos sindicatos

Os atuais direitos laborais foram conquistados por gerações sucessivas de trabalhadores e os jovens devem ser atraídos para participarem na sua salvaguarda

Um seminário dedicado ao tema "A Importância dos Sindicatos para os Trabalhadores e as Empresas – uma visão atual" marcou a sessão de abertura do Encontro anual das estruturas sindicais do Banco de Portugal. Organizado com o apoio do SBSI e do BdP, representou um desafio à reflexão face ao contexto de mudança no movimento sindical.

Questionar até que ponto as mudanças que ocorrem na esfera socioeconómica estão a influenciar as tendências em curso de crescente fragilização do sindicalismo e assinalar alguns dos obstáculos e desafios que se deparam ao movimento sindical foi o principal objetivo.

No seu discurso de abertura dos trabalhos, Hélder Rosalino, administrador do BdP, referiu a importância conferida pelo conselho de administração do banco ao diálogo social com as estruturas representativas dos trabalhadores, e deixou uma reflexão para o debate: até que ponto os sindicatos se adaptaram e evoluíram para enfrentar os desafios que se colocam atualmente?

"Os sindicatos deverão, mais do que nunca, organizar-se e ser parceiros credíveis e indispensáveis no sentido da salvaguarda dos interesses dos trabalhadores", considerou.

Já para Paulo Pereira de Almeida, investigador que se tem dedicado ao estudo das questões laborais e do sindicalismo, "não é verdade que os sindicatos estão atrasados no tempo" nem a sua imagem junto da população é tão má como se pensa.

É dada uma grande importância à proximidade dos sindicatos às pessoas, que a consideram essencial, explicou. Os sindicatos têm vindo a qualificar-se e existe uma crescente e forte ligação das diferentes organizações sindicais à escala mundial, salientou.

Segundo o académico, não tem havido uma aproximação dos sindicatos à política, mas antes alguma desilusão. Há poderes e responsabilidades que os partidos políticos podiam conceder aos sindicatos, como a gestão dos fundos de pensões, à semelhança do que se passa nos sindicatos do Norte da Europa.

"Há um grande interesse em controlar os sindicatos e é preciso uma rutura", concluiu Paulo Pereira de Almeida.

### **Solidariedade**

O movimento sindical tem vindo a decrescer na Europa desde 1975, lembrou Rui Riso, considerando-o uma situação decorrente das conquistas do Estado social, que atingiram o seu limite superior.

"Os portugueses fizeram em 40 anos o que ninguém mais fez – nomeadamente ao nível da saúde, ensino público, sistema de pensões, etc. – e isso tem custos para a despesa pública", frisou o presidente da Direção do SBSI.

Mas as conquistas alcançadas colocam hoje uma questão complicada: a passagem de conhecimento entre gerações. "A oferta e a procura na banca desequilibraram-se completamente e não há como ultrapassar esta situação".

Para Rui Riso esta é uma situação decorrente de uma sociedade cada vez mais individualizada, onde partilha e solidariedade são valores que se estão a perder e que é preciso reforçar – um papel que cabe também aos sindicatos.

"Não há democracia sem sindicatos. É nossa obrigação mostrar aos colegas que hoje entram no mundo do trabalho que o que têm não 'caiu do céu' nem foram os nossos dirigentes institucionais que nos deram essas regalias de graça. Devem-se, sim, à luta e ao trabalho dos que se envolveram, e se envolvem ainda, nas causas sindicais", sublinhou.

Por fim, o representante da Comissão de Juventude do SBSI lembrou que a queda da taxa de sindicalização não é apenas responsabilidade dos sindicatos, pois "cabe a cada um de nós transmitir a mensagem aos mais novos".

A Comissão de Juventude tem tentado desmistificar um pouco o sindicalismo junto dos mais novos através de atividades de lazer e de componentes lúdicas, como forma de fortalecimento das relações, explicou João Ferreira. ■



Confederação Europeia de Sindicatos

## Melhores empregos para impulsionar a economia

Que futuro para o emprego na Europa? A pergunta serviu de base a uma conferência organizada pela CES. No final, as opiniões foram unâneas: é urgente criar mais empregos e com qualidade

TEXTO: PEDRO GABRIEL



Bernadette Ségol defendeu a atenção ao bem público

Depois de vários anos a viver sob o peso das medidas de austeridade, que levaram a um declínio das condições de vida, é tempo de a Europa começar a inverter o rumo, reconstruir e definir um novo caminho que possa levar à criação de mais e melhores empregos. De que forma poderá ser construída uma verdadeira

democracia económica europeia? Quais as medidas a tomar?

Para responder a estas e outras questões pertinentes, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), juntamente com o Instituto Sindical Europeu (ISE), organizou uma conferência denominada "A Europa numa encruzilhada. Qual o caminho para empregos de qualidade e prosperidade?", que decorreu em Bruxelas de 24 a 26 de setembro. A UNI também participou.

líticas de austeridade que aumentaram a desigualdade social e que põem em perigo o futuro da própria União Europeia. "O Parlamento Europeu tem sublinhado repetidamente que os empregos e salários decentes são importantes não só para a coesão social e equidade mas também para a manutenção de uma economia forte", explicou.

Schulz focou três aspetos que devem ser combatidos em nome de uma maior justiça social e economias mais prósperas: desemprego jovem, desigualdade de rendimentos e a fraude e evasão fiscais.

A terminar deixou um aviso: "A política social é sobretudo da responsabilidade dos governos nacionais, mas acredito que a União Europeia pode e deve desempenhar um papel importante no combate à desigualdade".

Maria Helena André, única portuguesa a marcar presença na conferência, referiu que esta foi uma excelente oportunidade para voltar a colocar a questão do emprego na agenda. "O crescimento económico é fundamental para voltar a impulsionar a economia europeia. Precisamos de melhores empregos e melhores salários. Para isso precisamos de políticas macroeconómicas e fiscais que sejam orientadas para a criação de emprego". ■

De entre os participantes estiveram diversas figuras ligadas ao meio académico, político e sindical, com vasta experiência no mundo do trabalho, que se dividiram em diversos painéis ao longo dos três dias que durou a conferência.

### Combater a desigualdade

Coube à secretária-geral da CES abrir a conferência. Bernadette Ségol afirmou que a Europa deve ter sempre em atenção o bem público e que a prioridade deve ser a criação de mais e melhores empregos. "As decisões económicas devem ser tomadas em função da criação de empregos de qualidade", referiu.

Já o presidente do Parlamento Europeu focou a sua intervenção no aumento da desigualdade e na ameaça que ela representa para a economia e a democracia. Para Martin Schulz foram as po-



Helena André (quinta a partir da esquerda) foi a única participante portuguesa

### O caso português

As medidas de austeridade impostas em Portugal também tiveram consequências nefastas no setor dos serviços.

Os constantes cortes nos serviços básicos levaram a rescisões de contrato, diminuição de salários e consequente degradação das condições de vida dos trabalhadores, bem como à redução da qualidade dos serviços.

O setor financeiro não foi exceção. O caso do Barclays, com um novo plano de rescisões, é o mais recente caso. ■

## Setor dos serviços

# A desregulação é evitável

A aposta em salários baixos e mão-de-obra intensiva compromete o crescimento económico

O emprego no setor dos serviços: desregulação inevitável? O tema esteve em debate na conferência da CES e foram oradores Gerhard Bosch (University of Duisburg-Essen), Wiemer Salverda (Amsterdam Institute for Advanced Labour Studies) e Maarten Goos (KU Leuven). Oliver Röthig, responsável da UNI-Europa, abordou a situação no setor e o trabalho desenvolvido pela organização sindical.

Nos últimos anos, as medidas de austeridade impostas pelos governos europeus têm levado a um declínio das condições laborais dos trabalhadores do setor dos serviços. A ideologia neoliberal reinante um pouco por toda a Europa argumenta que só haverá desenvolvimento nos serviços se os salários forem baixos, defendendo uma desregulação do setor.

A aplicação desta teoria tem contribuído para tornar o mercado de trabalho cada vez mais dual, aumentando o fosso entre empregos com condições e trabalhos precários. É responsável por um maior desinvestimento nos serviços públicos, nomeadamente no setor da saúde e educação, onde os salários diminuem, as rescisões surgem em catadupa e a admissão de novos trabalhadores é feita através de contratos a tempo parcial e precários.

Por outro lado, verifica-se o subaproveitamento de competências, pois tem sido comum encontrar trabalhadores com qualificações a mais para o posto de trabalho que ocupam.

As mesmas teorias defendem que o aumento dos salários implicam a subida dos preços finais dos serviços, levando a uma queda cada vez maior na procura.

### Aumentar a qualificação

O desenvolvimento do setor, assente na redução das condições laborais dos trabalhadores, tem sido muito débil,



O apelo da CES: a UE deve investir no crescimento sustentável e em empregos de qualidade

prova de que as medidas impostas são um fracasso.

Gerhard Bosch considera que numa sociedade de conhecimento em que o setor dos serviços é crucial, o corte no Estado social e o aumento da desigualdade salarial reduzirá o crescimento da economia, comprometendo o futuro.

Assim sendo, defende o investimento na formação qualificada dos trabalhadores, bem como a transição para a produção em qualidade, ao invés da produção em massa. A igualdade de oportunidades (através da integração das mulheres no mercado de trabalho,

por exemplo), a melhoria da qualidade dos serviços através das novas tecnologias e novos modelos de organização do trabalho são outros fatores cruciais.

Para Wiemer Salverda, o foco não deve estar nos serviços bem remunerados, mas sim no controlo da competição por empregos precários.

Já Maarten Goos defende um aumento da produtividade com base no investimento em empreendedorismo, no desenvolvimento de competências ao longo da vida, numa ampla oferta de contratos de trabalho e num novo diálogo social de participação e colaboração. ■

## Salários inclusivos

O quadro demonstra a importância da introdução de sistemas de salários inclusivos. Países como França e Suécia, com desigualdades salariais baixas, estão acima da percentagem média nos serviços

### Participação dos serviços no emprego\*

Países	Percentagem	Distribuição Homens-Mulheres
UE (27 Estados-membros)	72,2%	H 61,4% / M 84,6%
Grã-Bretanha	54,8%	H 64,4% / M 65,0%
Alemanha	73,7%	H 62,2% / M 86,7%
França	78,6%	H 68,1% / M 89,6%
Itália	70,1%	H 59,7% / M 84,5%
Suécia	76,7%	H 64,4% / M 90,5%

Fonte: EC (2014) Employment and Social Developments in Europe 2013

\*Dados de 2012



## O despedimento por inadaptação – algumas considerações

O trabalhador que não se adapta estagna, o que poderá levar à cessação do vínculo laboral, de acordo com as normas do Código do Trabalho

TEXTO: **LINA SILVA\***

**S**urgindo pela primeira vez em Portugal como regime jurídico autónomo através do D.L. n.º 400/91, de 16 de outubro, o despedimento por inadaptação tem a continuação da sua essência nos Códigos do Trabalho dos anos de 2003 e de 2009. No entanto, se quisermos ser mais precisos, esta figura da inadaptação foi reintroduzida no nosso ordenamento jurídico nesse ano de 1991.

Inicialmente, esta modalidade de despedimento caracterizava-se pela incapacidade do trabalhador em modificar/adaptar o seu comportamento na execução das suas funções, às modificações operadas pelo empregador no seu posto de trabalho.

Hoje, o despedimento por inadaptação é uma das modalidades de cessação do contrato de trabalho previstas no Código do Trabalho (CT), alínea f) do art.º 340.º.

Com as alterações introduzidas no CT (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, o regime jurídico de despedimento por inadaptação sofreu alterações de fundo.

Em 1 de junho de 2014, entrou em vigor a Lei n.º 27/2014, de 8 de maio, lei esta que surgiu na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 602/2013, de 20 de setembro, que considerou inconstitucionais algumas das alterações introduzidas pela Lei n.º 23/

2012, de 25 de junho. É disso exemplo a redação do n.º 1 do art.º 375.º do CT.

### **Posto de trabalho disponível\*\***

Na sexta alteração ao CT (Lei n.º 27/2014, de 8 de maio) assistiu-se à reintrodução de um dos requisitos do despedimento por inadaptação: a não existência na empresa de outro posto de trabalho disponível e compatível com a categoria profissional do trabalhador, requisito este que tinha sido eliminado pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho.

A revisão desta figura, verificada na revisão de 2012, suprimiu em relação às duas modalidades de despedimento por inadaptação (com e sem modificações no local de trabalho) e o conjunto dos trabalhadores (sejam eles afetos a cargos de complexidade técnica ou não) uma segurança que era inerente à sua criação em 1991: a obrigatoriedade do empregador verificar a existência de um posto de



trabalho na empresa, compatível com a qualificação profissional do trabalhador, antes de proceder ao seu despedimento.

Mas a inadaptação do trabalhador, principalmente nos dias de hoje, está intimamente ligada ao surgimento no local de trabalho de novas condições de trabalho e novos processos produtivos. Atentas essas circunstâncias, o trabalhador pode e deve manter as suas capacidades no desempenho das funções para o qual foi contratado. A não ser assim, face às mudanças preconizadas pelo empregador, poderá acontecer que o trabalhador, não soube, não quis ou não foi capaz de se adaptar.

Ora, havendo alteração de funções do trabalhador, esta será precedida de formação profissional adequada para o desempenho das novas funções, e no cumprimento de um dos requisitos cumulativos constantes da alínea b) do n.º 1 do art.º 375.º do CT.

Outro dos requisitos do despedimento por inadaptação é o constante da alínea d), n.º 1, do mesmo art.º 375.º, ou seja, "não exista na empresa outro posto de trabalho disponível e compatível com a categoria profissional do trabalhador".

## Infração disciplinar

Considerando que o empregador determina o regresso do trabalhador ao seu anterior posto de trabalho, por estar disponível, e o trabalhador recuse essa alteração, a recusa poderá consubstanciar, em última análise, uma infração disciplinar. Tal fundamentaria o exercício do poder disciplinar, através de um procedimento disciplinar e, consequentemente, da aplicação de uma sanção disciplinar, sendo que a sanção máxima, o despedimento, colocaria o trabalhador no desemprego, sem qualquer indemnização ou compensação.

Mas a possibilidade do trabalhador ser transferido para um outro posto de trabalho poderá ser encarada por ele como uma oportunidade para evoluir na empresa, até de ser mais produtivo e competente do que o seu anterior posto de trabalho.

Se na inadaptação ao posto de trabalho existir culpa grave (ou mesmo leve) do trabalhador, o empregador poderá sempre levar a cabo um procedimento disciplinar, com as consequências legais que se conhece, no máximo a aplicação da sanção de despedimento.

Há quem considere, como é o caso de António Menezes Cordeiro, que existe uma aproximação entre a cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador e a caducidade por impossibilidade. Tal sucederia, por exemplo, no

caso de terem existido alterações tecnológicas na empresa e de ter sido ministrada formação profissional adequada para o exercício das novas funções, e o trabalhador não se adaptar. Não existindo outras funções para o trabalhador exercer, a impossibilidade parece existir. Neste caso, este novo fundamento, nada mais seria do que uma forma de caducidade do contrato.

Com as últimas alterações ao regime do despedimento da inadaptação, a inexistência na empresa de um posto de trabalho disponível e que seja compatível com a sua qualificação profissional (art.º 375.º, n.º 1 d) do CT), passou a ser um dos requisitos obrigatórios nas situações deste tipo de despedimento e que resultem de:

- i. Redução continuada de produtividade ou qualidade;
- ii. Avarias repetidas nos meios afetos ao posto de trabalho;
- iii. Riscos para a segurança e saúde do trabalhador, de outros trabalhadores ou de terceiros.

## Transição

Acontece que, por muito que possamos dissertar sobre o despedimento por inadaptação, os seus fundamentos e requisitos, teremos sempre que concordar com Jorge Leite, quando afirma que a sociedade em que vivemos se encontra fundada no trabalho, sendo que este é uma "exigência natural, (...) uma componente essencial do modo de vida de cada um de nós e (...) um elemento determinante de estruturação social" (Direito do Trabalho, Vol. I). Aliás, ao longo da vida do ser humano, diga-se trabalhador, a relação jurídico-laboral acabará por se extinguir, o vínculo com a entidade empregadora romper-se-á, seja pela passagem à refor-

ma, seja por qualquer outra das modalidades de cessação do contrato de trabalho.

Vivemos hoje, segundo João Leal Amado (Contrato de Trabalho, p. 351 e ss), num contexto de flexisegurança, querendo com tal significar que a perda de emprego se vai desdramatizando num tempo em que se destaca a "ideia de transição". É também verdade que a ideia de "um emprego para toda a vida" que se conhecia não se reflete na realidade laboral de hoje.

Consequentemente, a legislação laboral tende a acompanhar a constante mutação do mercado na procura do empreendedorismo, do reforço da posição das empresas através da inovação tecnológica, da resposta aos desafios que surgem constantemente tendo em atenção o aumento da concorrência.

O trabalhador tem de acompanhar essa evolução, se quer manter um posto de trabalho. É em todo este contexto que tem atualmente posição de destaque o despedimento por inadaptação. Esta modalidade de despedimento por iniciativa do empregador, prevista nos art.ºs 373.º a 380.º e art.º 385 do Código do Trabalho, é vista pela doutrina portuguesa como sendo um dos meios ao dispor do empregador para "fazer cessar o contrato de trabalho sempre que se determine a incapacidade do trabalhador para o exercício das suas funções, tornando praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho".

## Capacidade de mudança

Aliás, o despedimento por inadaptação nunca foi uma figura que convivesse tranquilamente com a Constituição da República Portuguesa. Desde logo por se tratar de um despedimento que pode acabar, caso não seja corretamente fiscalizado e não haja boa-fé do empregador, "na possibilidade, mais ou menos encapotada, de despedimentos imotivados ou ad nutum. (Ac. TC n.º 64/91)".

Citando uma vez mais João Leal Amado: "Quem não acompanha as mudanças, fica, inoperavelmente, para trás. E, as mudanças, nos dias que correm, sucedem-se a um ritmo vertiginoso. Em suma: quem não se adapta morre!".

Assim não se entendendo, quem não se adapta, estagna, e a estagnação poderá levar, também, a uma legítima cessação do vínculo laboral. ■



\*Advogada do STAS

\*\* Subtítulos da responsabilidade da Redação

Especialistas concluem

# Futuro do emprego está na educação

Adequar a oferta educacional às necessidades do País, apostar na qualificação dos trabalhadores e na formação ao longo da vida – eis alguns vetores essenciais para garantir um futuro com empregos de qualidade. O diagnóstico está feito, resta saber se haverá consenso suficiente para uma nova estratégia. A central sindical garante a sua disponibilidade para encetar o diálogo

TEXTO: **INÉS F. NETO**



Celebrar o passado a projetar o futuro. Foi assim que a UGT quis assinalar o seu 36.º aniversário, promovendo um seminário sobre educação e formação, que contou com a participação de especialistas, empresários, sindicalistas e membros do Governo.

Intitulado "O diálogo social pela educação e formação – estratégias de intervenção e concertação para o desenvolvimento e o emprego", o seminário realizou-se em Lisboa nos dias 28 e 29 de outubro, promovendo o debate sobre o atual estado do País nesta área e a interligação com a economia e o emprego.

O Governo esteve em peso nestes dois dias: Mota Soares participou na sessão de abertura, Nuno Crato interveio no segundo dia e o Primeiro-Ministro encerrou as comemorações. Os secretários de Estado do Emprego e do Ensino Superior deram o seu contributo em mesas redondas.

Deram voz ao ensino, formação e emprego dirigentes e responsáveis de organizações profissionais e escolas, enquanto o setor empresarial esteve representado pelos presidentes das confederações da Indústria, do Turismo e da Agricultura.

Como adiantou o secretário-geral da UGT, "a educação e a formação são pilares essenciais para o desenvolvimento dos povos", por isso foi objetivo da central sindical "efetuar esta discussão num clima de diálogo social, convidando al-

guns dos maiores e melhores especialistas na área da educação e da formação profissional para, com os seus contributos, com convergências e divergências de pontos de vista, permitir a elaboração de conclusões prospetivas sobre o modelo de educação e ensino que queremos. Este é um contributo da UGT".

## Desemprego e qualificações

Ao longo dos dois dias de debates os intervenientes coincidiram muitas vezes no diagnóstico: a economia portuguesa está numa fase de transição, devendo apostar em áreas de especialização em que o conhecimento e a formação são essenciais. Não é possível vencer o desafio da competitividade mantendo um padrão empresarial assente em mão-de-obra indiferenciada e em baixos salários.

Portugal vive o paradoxo de ter uma geração com altas qualificações que não encontra emprego e emigra e, ao mesmo tempo, apresentar valores muito baixos de qualificações escolares, tendo ainda muitos cidadãos que não concluíram o ensino secundário.

O modelo económico do País foi considerado, a par da crise económica e financeira, responsável pelo elevado índice de desemprego que se tem registado nos últimos anos.

Como referiu o Prof. Dr. Adriano Pimpão, "a sustentabilidade do modelo económico

numa economia baseada no conhecimento assenta essencialmente na qualificação das pessoas", lembrando que existe uma correlação positiva entre a qualificação e emprego, ou seja, pessoas com maior formação têm maior empregabilidade e remunerações mais elevadas.

O especialista considerou que o país não pode desenvolver-se se mantiver um modelo económico polarizado, com uma miríade de empresas muito pouco especializadas dando emprego a trabalhadores sem qualificações ou com qualificações muito rudimentares, e por outro, um reduzido número de empresas que competem com produtos que exigem elevado grau de conhecimento e especialização.

Se Portugal pretende ter uma economia baseada no conhecimento, tem de criar condições para que surjam mais empresas cuja atividade assente na uti-



lização de recursos humanos altamente qualificados, bem como condições para as que já se encontram nesse patamar se tornem mais competitivas e internacionalizem as suas atividades, defendeu Adriano Pimpão, acrescentando que é igualmente crucial dar uma atenção especial à formação profissional e à formação de quadros médios.

Também o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social deu uma especial ênfase ao papel da formação na redução do desemprego, salientando as reformas do mercado laboral emprendidas e o diálogo com os parceiros sociais subjacente. "Foi o diálogo que nos permitiu avançar num conjunto profundo de reformas para alcançar um mercado de trabalho mais capaz de se ajustar aos ritmos da mudança da economia global, mais amigo da inovação, do investimento, da qualificação, do empreendedorismo, e até com a capacidade de gerar postos de trabalho", disse.

Sem anunciar qualquer nova medida, Mota Soares limitou-se a elencar dados sobre o que tem sido conseguido, da descida do desemprego ao aumento do salário mínimo nacional. "E se temos estes sinais de recuperação da economia e do crescimento, em muito se devem às reformas que foram feitas em diálogo social", frisou o ministro, enaltecendo o papel da central sindical. "A UGT tem sabido gerir bem o peso das suas responsabilidades. Tem sido valiosa para Portugal e para os portugueses".

### Trabalhar em conjunto

A harmonização das diversas ofertas formativas e o desenvolvimento do diálogo entre universidades e empresas estiveram também em análise.

As características da sociedade contemporânea não são compatíveis com um modelo educativo que se esgota com a entrada na idade adulta, pois as mudanças ao nível tecnológico e cultural exigem uma atualização de conhecimentos e competências permanente, colocando a necessidade da formação ao longo da vida.

Nesse sentido, foi defendido um investimento adequado em competências, não só dos jovens mas também dos adultos que estão no mercado de trabalho. Sem uma aposta na qualificação o País ficará mais pobre: as pessoas sem formação correm maior risco de ficarem à margem da sociedade, o progresso tecnológico tende a não se traduzir em crescimento económico e será mais difícil competir num mercado global cada vez mais baseado no conhecimento.



Considerando que a relação entre o ensino superior e o mundo empresarial ainda é muito ténue, os oradores salientaram a necessidade de aproximar o ensino superior da economia, oferecendo perfis educativos mais adaptáveis ao mercado laboral e à vida real.

Realçando o muito que foi alcançado nos últimos três anos, o ministro da Educação e Ciência reconheceu que as "dificuldades que o País atravessa exigem um esforço para melhorar o perfil de conhecimentos da população ativa, reforçando a via profissionalizante e aumentando o acesso ao ensino superior".

Nuno Crato referiu-se ainda ao modelo dual alemão, explicando que também Portugal está empenhado em "trazer as empresas a terem uma corresponsabilidade na educação dos jovens, oferecendo estágios e formação em contexto de trabalho" mas, ao contrário da Alemanha, discorda de "uma entrada na via profissionalizante muito precoce".

"Fizemos muito, sabemos que muito mais há a fazer. O desafio que enfrentamos não é tarefa de alguns, mas de todos. Sabemos que a UGT dará o seu importante contributo nesta tarefa", concluiu o ministro.

### Busca de consenso

Carlos Silva, na sua intervenção final, recordou o papel fundamental que a educação e a formação podem desempenhar num País com uma elevada taxa de desemprego e onde no final do ano passado 400 mil jovens entre os 15 e os 30 anos não estavam empregados, nem a estudar nem em formação.

"A formação deve apostar mais em competências do que em qualifica-

ções, nunca esquecendo que o impacto das competências e do emprego vai muito para além do aspeto económico-financeiro, afetando a saúde, o equilíbrio, a coesão social e a confiança dos trabalhadores", frisou.

Referindo-se ao papel responsável da UGT enquanto parceiro social, o líder da central criticou a visão da OCDE sobre a negociação coletiva. E, dirigindo-se a Passos Coelho, presente na sala, adiantou que se o Governo aceitasse as recomendações da organização internacional "isso seria um retrocesso nos direitos dos trabalhadores e uma machadada de morte no diálogo social, ou seja, no vínculo que neste seminário desejamos enfatizar como peça fundamental na manutenção da paz e da estabilidade sociais que conseguimos nos últimos três anos".

O Primeiro-Ministro, por sua vez, defendeu o diálogo social como "um bem que as sociedades democráticas querem preservar, que não é possível sem a voz dos sindicatos, sem a sua participação e os seus contributos".

Lembrando o papel da UGT na consolidação da democracia portuguesa e o seu contributo para o País e os trabalhadores ao longo destes 36 anos, Passos Coelho afirmou: "Quando olhamos para os anos difíceis da emergência financeira que atravessámos, é da mais elementar justiça reconhecer e agradecer à UGT por em momentos cruciais ter sabido manter a sua autonomia relativamente às agendas partidárias, como sucedeu na contestação social e na preparação de várias reformas que levámos a cabo neste período ou no mais recente acordo para atualizar o salário mínimo nacional." ■



Universidade Sénior Pedro Santarém

## As aulas já começaram!



Um novo ano letivo, com mais oferta disciplinar e uma série de iniciativas de interesse. As inscrições ainda estão abertas

TEXTO: **MÁRIO RÚBIO**

**A**s aulas da Universidade Sénior Pedro Santarém (USPS) tiveram início dia 28 de outubro, com a apresentação das disciplinas e dos formadores.

O primeiro dia de aulas foi uma festa para alguns dos alunos que já tinham frequentado a Universidade. Recordando os bons momentos dos anos anteriores, perspetivaram-se outros para o corrente.

Este ano letivo traz algumas novidades, pelo que as aulas serão uma vez mais motivo para aprendizagem, convívio e bem-estar.

Das novas disciplinas que constam da oferta formativa destaca-se a aula ZEN - Meditação, Saúde e Bem-estar. Nela os formandos poderão aprender técnicas de relaxamento, experimentar e vivenciar meditações, abordar temas relacionados com o bem-estar ao nível do corpo, dos pensamentos e das emoções. As sessões são um momento para descontração, aprender e sentir-se bem consigo, física e espiritualmente.

Para este ano letivo estão planeados muitos workshops com temas varia-

dos, que permitirão a todos os participantes a aquisição de conhecimentos em áreas como o Socorrismo, a Psicologia e Jurisdição, entre outras.

As Oficinas de Lazer mantêm a mesma orientação. Nelas aprende-se um pouco de tudo o que puder ser partilhado entre uns e outros. Arraiolos, Crochet, Biscuite, entre outros temas, serão abordados por todos e quem sabe desenvolver estas técnicas pode ajudar quem quer aprender.

### Consultório de Coaching

Na sua missão de contribuir para o crescimento individual dos seus alunos, a Universidade Sénior Pedro Santarém também disponibiliza este ano um Consultório de Coaching, no qual os participantes poderão usufruir de consultas e sessões terapêuticas individuais orientadas e guiadas por um profissional qualificado.

O objetivo deste consultório é dar aos alunos da USPS um espaço onde possam descobrir, desenvolver e aprender a utilizar todo o seu potencial pessoal, canalizando a sua energia para os seus sonhos e objetivos, ou seja, para o que realmente querem fazer na e da sua vida.

Este consultório tem uma componente de apoio e acompanhamento nas diversas áreas que compõem a vida, destacando-se como alguns dos seus benefícios: elevar a autoestima e chegar à aceitação pessoal; clarificar valores, crenças e o que faz ou não sentido;



A partilha de conhecimentos nas Oficinas de Lazer

reduzir o stresse; aprender a gerir o tempo, a autonomia, compromisso e comunicação; adaptação a novos ciclos de vida como o divórcio, o luto ou a reforma; descobrir a possibilidade de ação em todas as áreas da vida; aperfeiçoamento pessoal e ocupacional; revitalização energética; conquistar metas, sonhos e objetivos; revisão do projeto de vida pessoal, familiar e ocupacional.

Como se pode constatar, os motivos para bancários e trabalhadores dos seguros virem para a USPS e juntarem-se aos demais alunos são muitos. Vale a pena vir conhecer a Universidade Sénior Pedro Santarém, sem perda de tempo.

Recorde-se que este é já o terceiro ano letivo e alguns estão na Universidade desde o primeiro dia. São eles os melhores divulgadores das muitas iniciativas.

Para mais informações, contacte a Universidade através do email [uspedrosantarem@stas.pt](mailto:uspedrosantarem@stas.pt) ou pelo telefone 211 383 593. ■



TEXTOS: PEDRO GABRIEL



## Karting

# Vitória de António Faria Silva

Em mais uma grande prova de karting, o piloto do IFAP foi o primeiro a ver agitada a bandeira-xadrez

A final nacional do 17.º Campeonato Interbancário de Karting teve lugar no kartódromo do Bombarral, no dia 18 de outubro. Vinte pilotos oriundos dos três Sindicatos Bancários alinharam-se na grelha de partida com o objetivo de serem os primeiros a cortar a meta.

A prova decorreu a um ritmo muito elevado e com as rotações no máximo.

Rapidamente foi possível observar que, pese embora algum problema mecânico, o vencedor não seria encontrado tão facilmente.

Numa prova dominada pelos pilotos do SBSI, António Faria Silva foi o mais rápido, superando José Feliciano (Unicre/SBSI), que alcançou o segundo lugar. O último lugar do pódio foi para Octávio Rodrigues (Santander Totta/SBSI).

Depois do segundo lugar alcançado na edição anterior, António Faria Silva conseguiu sagrar-se campeão nacional, sucedendo a Alex Pires (IFAP/SBSI), que ficou no 8.º lugar este ano.



Os três finalistas, com o campeão ao meio

De realçar que o espírito de camaradagem e desportivismo foi uma constante não só ao longo desta prova como durante todo o campeonato. ■

## King

# Vimeiro consagra António Oliveira

Um ponto bastou para que o concorrente do Millennium bcp arrecadasse o principal troféu para as fileiras do SBN

A final nacional do 7.º Campeonato Interbancário de King realizou-se nos dias 25 e 26 de outubro, no Vimeiro. Foram 16 os concorrentes presentes oriundos do SBSI, SBC e SBN.

Ao longo do primeiro dia, os jogos realizaram-se de manhã e de tarde, tendo os jogadores sido distribuídos rotativamente pelas mesas, num sistema em que todos jogam entre si uma vez e não voltam a encontrar-se nas restantes



As taças foram para António Oliveira, Carlos Bispo e José Pinto

partidas. O campeão é conhecido após 3 partidas (2+2 jogos) no 1.º dia e 2 partidas (2+2 jogos) no 2.º dia.

Assim, no domingo, António Oliveira foi o mais forte, ao triunfar com a

diferença de apenas um ponto (37) em relação ao segundo classificado, Carlos Bispo (Millennium bcp/SBSI). No terceiro posto terminou José Pinto (Millennium bcp/SBSI), com 31 pontos.

José Conceição (Millennium bcp/SBC) e João Florêncio (Santander Totta/SBSI) terminaram no quarto e quinto lugares, ambos com 30 pontos, prevalecendo o primeiro na classificação, já que em caso de igualdade, fica à frente o jogador que obteve a maior pontuação de pontos King num jogo.

O campeão da edição anterior, Caetano Moço (Unicre/SBSI), terminou no sexto posto, com 28 pontos.

A entrega dos troféus foi feita num animado almoço-convívio. ■



TEXTOS: PEDRO GABRIEL

## Caminhada Febase

# Descobrir a História pelo curso das águas

Se em Palmela um dos protagonistas foi o vinho, em Lisboa foi a vez da água assumir esse papel. A descoberta aérea e subterrânea da capital foi feita através da Rota da Água

No dia 25 de outubro realizou-se mais uma caminhada Febase, uma iniciativa que continua a ser de grande sucesso. Num belo dia de outono, 35 participantes palmilharam a Rota da Água, um passeio que teve como atração principal a visita a parte do percurso de abastecimento à cidade de Lisboa, desde meados do século XVIII até meados do século XX.

A travessia do vale de Alcântara foi feita através do imponente Arco Central, uma extensão de 941 metros e cujo arco central (Arco Grande) mede pouco mais de 69 metros de altura. Ao longo deste percurso foi possível observar a magnífica paisagem a norte – zona de Monsanto e Sete Rios – e a sul – Vale de Alcântara e Tejo, que teve continuação na visita à Mãe de Água,



situada junto ao jardim das Amoreiras, edifício concluído em 1834 e cujo reservatório de água, com capacidade para 5.500 metros cúbicos, é um dos ex-libris.

Seguiu-se a passagem pelo reservatório da Patriarcal. Projetado em 1856 pelo engenheiro francês Mary foi, à época, o reservatório mais importante na rede de distribuição de água da Baixa lisboeta. Situado debaixo do Jardim do Príncipe Real, tinha a capacidade para 880 metros cúbicos de água. Deixou de funcionar na década de 40 do século passado, servindo agora de pal-

co para espetáculos, exposições de fotografia e escultura, entre outros eventos.

O entusiasmo do grupo ficou patente com a decisão de visitar a galeria de S. Pedro de Alcântara, junto ao jardim, fechando da melhor maneira mais uma caminhada.

No próximo ano será feita uma visita ao Alviela – Olhos de Água, rio que permitiu a substituição da origem das águas que chegam a Lisboa.

Para já, a próxima caminhada é no dia 29, na Aldeia das Broas. Saiba mais no blogue <http://febase-caminhadas.blogspot.pt/> ■



## Xadrez

# João Pacheco faz xeque-mate

Foi no Vimeiro que se realizou a final nacional do 29.º Campeonato Interbancário de Xadrez, nos dias 25 e 26 de outubro, e que contou com a participação de 17 concorrentes.

Numa prova que ficou marcada pelo forte equilíbrio mas também, como já é hábito, pelo convívio e desportivismo, o xadrezista João Pacheco acabou por ser o mais forte no conjunto das seis rondas, sagrando-se campeão com uma pontuação de 4.5 pontos.

Nos restantes lugares do pódio terminaram, respetivamente, Manuel Almeida (Novo Banco/SBSI) e António Fernandes (Banco BPI/SBSI), ambos com 4.5 pontos, perdendo nos desempates para o novo campeão.

Micael Santos (Millennium bcp/SBSI) foi quarto, com 4 pontos, o mesmo score que Joaquim Pinho (BdP/SBN) e Nuno Ferrão (Millennium bcp/SBSI), quinto e sexto classificados, respetivamente.

A vitória de João Pacheco quebrou assim a hegemonia de António Fernandes, vencedor das duas últimas edições, e o jogador com maior Elo desta final (2373).

A cerimónia de entrega de prémios aos vencedores aconteceu durante um animado almoço-convívio. ■

Chegou ao fim mais uma edição do Campeonato Interbancário de Xadrez. Coube ao concorrente do Millennium bcp/SBSI a glória de sagrar-se campeão nacional





Pesca de Mar

## João Nunes da Silva campeão

Na final de Peniche, o pescador do Clube Banif não deu hipóteses à concorrência e arrecadou o principal troféu da competição

Com o limite norte no Baleal e o limite sul na praia de São Bernardino, a final nacional do 34.º Campeonato Interbancário de Pesca de Mar realizou-se no dia 11 de outubro, tendo contado com a participação de 61 concorrentes oriundos dos três sindicatos dos bancários.

O fim da prova e o início da pesagem deu-se ao final da tarde, com João Nunes da Silva (Clube Banif/SBSI) a terminar no primeiro posto e a sagrar-se campeão nacional, com um total de 33,040 kg. No segundo posto ficou Vítor

Malheiros (SBC), com 31,340 kg, tendo sido o único, a par do campeão, a ultrapassar a barreira dos 30 kg.

O último lugar do pódio ficou para José Bernardino (Clube Millennium bcp/SBSI), com 27,940 kg. José Azevedo e Ricardo Pernes, ambos do Clube GBES/SBSI, finalizaram na quarta e quinta posições, com 26,980 e 26,480 kg, respetivamente.

A restante classificação até ao 10.º lugar ficou ordenada da seguinte maneira: 6.º Alberto Costa (Clube GBES/SBSI), 24,620 kg; 7.º Carlos Silva (Banco BPI/SBSI), 19,980 kg; 8.º Francisco Garcia (Clube Millennium bcp/SBSI), 18,720 kg; 9.º José Costa (Clube GBES/SBSI), 17,360 kg; 10.º António Abreu (Clube Millennium bcp/SBSI), 16,340 kg.

De referir ainda que António Gonçalves (Millennium bcp/SBC) pescou o maior exemplar do dia, uma tainha de 1180 gramas.

### Clube GBES vence coletivamente

A nível coletivo, a equipa mais forte foi o Clube GBES 1/SBSI, composto por José Azevedo, Ricardo Pernes e José Dias, que alcançou 25 pontos. No segundo posto ficou o Clube GBES 2/SBSI, de Alberto Costa, Pedro Faria e José Costa, com 26.

Uma equipa oriunda do SBC, composta por Vítor Malheiros, António Cascão e Pedro Veiga, terminou na terceira posição, com 27 pontos.

A entrega de prémios e um animado jantar-convívio abrilhantaram ainda mais um dia já de si repleto de grande camaradagem e desportivismo. ■



Os três pescadores com lugar no pódio, acompanhados pelo concorrente com o maior exemplar

### Snooker

## João Chumbinho revalida título

E vão duas! O concorrente da CCAM voltou a ser o mais forte na final nacional e mantém o troféu no SBSI



Os vencedores na atribuição dos prémios

A 10.ª edição do Torneio de Snooker Bola 8 teve a sua final nacional realizada em Braga, no fim de semana de 4 e 5 de outubro.

Com a participação de 12 concorrentes, João Chumbinho (CCAM/SBSI) acabou por confirmar o favoritismo e revalidou o título conquistado a época passada, ao derrotar na final António Perre (Santander Totta/SBN), por 5-2. Já na meia-final, o campeão havia derrotado Laurent Teixeira (BNP Paribas/SBSI), por 4-1.

O vice-campeão António Perre teve de se esforçar no acesso à final, tendo triunfado perante João Salgadinho (CCAM Algarve/SBSI), por 4-3.

No jogo de atribuição dos 3.º e 4.º lugares, João Salgadinho venceu por 4-0, dado que foi atribuída falta de comparência a Laurent Teixeira.

A classificação final ficou ordenada da seguinte forma: 1.º João Chumbinho (CCAM/SBSI); 2.º António Perre (Santander Totta/SBN); 3.º João Salgadinho (CCAM Algarve/SBSI); 4.º Laurent Teixeira (BNP Paribas/SBSI); 5.º Eduardo Ribeiro (Unicre/SBSI); 6.º António Garces (MG/SBN); 7.º José Lino (Santander Totta/SBN); 8.º António Malheiro (Millennium bcp/SBC); 9.º Rui Sousa (Banco Popular/SBSI); 10.º Luís Lobo (Novo Banco/SBN); 11.º Pedro Costa (Fidelidade/FEBASE); 12.º António Cardoso (Novo Banco/SBC). ■



# CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de setembro

## TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Peter...aquele lugar!"  
Paulo Jorge



"Ao pôr do sol"  
Emanuel Pontes



"Amanhã é outro dia"  
José Pinto



"Posto de vigia"  
José Canelas



"Solidão"  
Manuela Viola



"Vista do Porto"  
João Sales

## TEMA - LIVRE



"Pedras Perdidas"  
José Canelas



"Iluminação colorida"  
Jorge Araújo



"Saber"  
Paulo Jorge



"Eclipse"  
João Sales



"A teia"  
Joana Rosa



"Candeeiro sobre o rio"  
Manuel Nunes





# Vale a pena ser sindicalizado!



Sem a intervenção das associações sindicais tudo seria diferente no quotidiano dos trabalhadores – para pior

Texto: **JORGE CORDEIRO\***

Vale a pena ser sindicalizado? No passado esta dúvida, ou melhor esta reflexão, não se colocaria, uma vez que tempos houve em que a sindicalização era obrigatória.

Com o advento da democracia e a consagração dos direitos liberdades e garantias, como decorre da Constituição, os cidadãos podem livremente constituir associações, mas ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.

Neste contexto, e ainda que se tenha verificado o aparecimento de novos sindicatos, o número de trabalhadores sindicalizados tem regredido, com consequências negativas para o movimento sindical, uma vez que enfraquece a sua capacidade de intervenção pondo em crise o equilíbrio que deve existir nas relações laborais e consequentemente proporcionando condições de trabalho de forma extremamente penosa para os trabalhadores.

É sintomático que em alguns setores de atividade, onde a taxa de sindi-

calização é menor, proliferem as irregularidades, os atropelos à legislação laboral e o desprezo pela contratação coletiva, por parte de empresários pouco escrupulosos.

O art.º 56.º da Constituição da República Portuguesa prevê um conjunto de ações no que respeita aos direitos das associações sindicais e contratação coletiva.

Decorre do que é consagrado em termos constitucionais um conjunto apreciável de matérias no âmbito das relações do trabalho, nas quais os sindicatos têm papel relevante e que vão permitindo que os direitos de quem trabalha não sejam ignorados ou marginalizados.

Sublinhe-se, pela importância que representa para a maioria dos trabalhadores, a preponderância dos sindicatos na celebração dos instrumentos de regulamentação coletiva, que se traduz numa maior proteção no exercício da atividade profissional.

Mesmo quem não é sindicalizado é abrangido por essas convenções, tendo, assim, direito às condições de trabalho ali previstas, sem prestar qualquer participação no movimento sindical.

Acreditamos que estamos no momento de assumirmos em pleno a nossa cidadania e, neste conceito, cabe sermos sindicalizados.

Tudo seria diferente para pior se não fosse a intervenção das Associações Sindicais.

Relativamente à questão inicial, obviamente que a resposta só pode ser "sim". ■

*\*Dirigente do SISEP*

## Direitos consagrados

### Artigo 56.º da CRP

Direitos das associações sindicais e contratação coletiva

1. Compete às associações sindicais defender e promover a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores que representem.
2. Constituem direitos das associações sindicais:
  - a) Participar na elaboração da legislação do trabalho;
  - b) Participar na gestão das instituições de segurança social e outras organizações que visem satisfazer os interesses dos trabalhadores;
  - c) Pronunciar-se sobre os planos económico-sociais e acompanhar a sua execução;
  - d) Fazer-se representar nos organismos de concertação social, nos termos da lei;
  - e) Participar nos processos de reestruturação da empresa, especialmente no tocante a ações de formação ou quando ocorra alteração das condições de trabalho.
3. Compete às associações sindicais exercer o direito de contratação coletiva, o qual é garantido nos termos da lei.
4. A lei estabelece as regras respeitantes à legitimidade para a celebração das convenções coletivas de trabalho, bem como à eficácia das respetivas normas. ■







## Conselheiros analisam situação no setor



Sob o signo da reflexão, o SBC levou a efeito um Conselho Geral em que a análise da situação no setor bancário foi o tema principal. Relativamente aos SAMS, foi anunciada a remodelação de todos os postos clínicos

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

No Conselho Geral, que se realizou a 26 de setembro, dedicado especialmente à análise da situação do sector bancário, o representante do SBC na contratação, Aníbal Ribeiro, manifestou a sua preocupação com os últimos acontecimentos no setor – Millennium bcp, Parvalorem/BPN, Barclays e BES.

Acerca da revisão do ACT do setor bancário informou que apesar de já terem decorrido um sem número de reuniões, ainda não se chegou a acordo, pois as matérias em discussão são muito importantes para ambas as partes, pelo que em breve os Sindicatos

devem passar a palavra aos seus trabalhadores para sobre toda esta matéria se pronunciarem.

Aníbal Ribeiro deixou a garantia de que só haverá acordo desde que este seja benéfico para os bancários.

Em resposta a um conselheiro que considerou muito escasso o valor do

e atualização de equipamentos, o que irá implicar um investimento significativo, assegurando, deste modo, que todos ficarão de acordo com a legislação em vigor.

O Posto Clínico da Guarda vai mesmo mudar de instalações, adiantou.

### Sindicato único

Quanto ao futuro sindicato único e fazendo o ponto da situação, Freitas Simões e Aníbal Ribeiro, representantes do SBC na Comissão para a elaboração dos Estatutos, informaram que já se realizaram seis reuniões, de onde saíram recomendações às Direções sindicais sobre as formalidades legais e estatutárias para a constituição da futura organização, a criação de um grupo de trabalho para a elaboração de um projeto de SAMS único e sobre os procedimentos a seguir pelos Sindicatos caso



salário mínimo recentemente negociado com a UGT, Carlos Silva referiu que foi o acordo possível, recordando que no tecido empresarial português 95% das empresas são PME que lutam com grandes dificuldades.

Realçou ainda que foi garantido que este aumento do salário mínimo não iria influenciar negativamente o orçamento da Segurança Social.

### Investimento nos SAMS

No ponto das informações, Aníbal Ribeiro, vice-presidente da Direção e coordenador do Conselho de Gerência dos SAMS, revelou que todos os postos clínicos vão ser objeto de uma profunda reestruturação, quer do ponto de vista do seu espaço físico quer da renovação

algum dos seus órgãos recusem a sua constituição.

Informaram ainda que há já acordo quanto aos órgãos centrais que irão constituir o novo sindicato, deixando assim cair a informação de que tem havido alguns episódios menos positivos a atrasar o projeto.

Os dois dirigentes alertaram que se não for pela vontade, o sindicato único será uma realidade pela necessidade.

Aníbal Ribeiro informou os conselheiros de que a Direção está consciente das dificuldades que alguns Sindicatos têm, no campo estatutário, para alcançar o sindicato único, mas o SBC está disponível para avançar com os Sindicatos que reúnam essas condições, deixando a porta aberta à entrada posterior dos restantes. ■

## Retificação

### Aníbal Ribeiro reeleito presidente da UGT/Guarda

Por lapso, na edição n.º 46, na notícia "Aníbal Ribeiro reeleito presidente da UGT/Guarda", dizia-se que Aníbal Ribeiro é presidente do SBC, quando na verdade, é seu vice-presidente. Pelo lapso pedimos desculpa ao visado e aos nossos leitores. ■



# Balões negros pelas vítimas de acidentes de trabalho

A UGT/Coimbra participou na jornada mundial pelo trabalho digno com uma largada de balões no Largo da Portagem

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

O trabalho digno é um componente decisivo e essencial para uma globalização do mundo do trabalho justa, pois o conceito resume e encerra as aspirações e desígnios do ser humano no campo profissional.

O direito a ter oportunidade de realizar um trabalho produtivo e respetiva remuneração justa, a segurança no local de trabalho e a proteção social, a liberdade de expressão e de organização, bem como a igualdade de género são as preocupações fundamentais que a OIT define como decisivas para se atingir o progresso social.

A UGT/Coimbra juntou-se, assim, às comemorações do Dia Mundial do Trabalho Digno, tendo convidado para o evento todos os sindicatos filiados. A ação decorreu dia 7 de outubro, no Largo da Portagem, em Coimbra, onde foram largados balões pretos, tantos quantas as vítimas mortais em acidentes de trabalho neste ano de 2014.



Esta ação também foi importante como uma chamada de atenção para a necessidade de, num mundo do trabalho em que a precariedade é gritante e cada vez mais comum, exaltar a tarefa dos sindicatos, que deve ser decisiva, convidando os trabalhadores a optarem pela via da sindicalização para a defesa dos seus direitos. ■

Bancários Centro



## Bancários destacam-se

# Sindicato acolhe exposição sobre topónimos

Dirigente do SBC expõe fotografias de localidades portuguesas com nomes curiosos

TEXTO: A. CASTELO BRANCO

Atualmente membro da Direção do SBC, João Antunes é natural da Louçã e foi funcionário do Banco Totta & Açores em Miranda do Corvo. Passou depois para a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, balcão de Miranda do Corvo, de cujo quadro faz parte.

Foi delegado sindical, delegado a Congressos e está agora a exercer funções no Sindicato dos Bancários do Centro.

Desde novo é um apaixonado pela fotografia, contando na sua coleção com milhares de fotos de paisagens, monumentos, figuras típicas, placas toponímicas, etc. De entre elas selecionou esta série que aqui se expõe.

### Topónimos e toponímia

Chama-se topónimo ao nome de um lugar, de uma terra, de uma localidade ou de um determinado sítio e toponímia ao



estudo linguístico, etnográfico e histórico, respeitante à origem ou proveniência dos nomes das ditas povoações, ou lugares. Relativamente a eles a sua diversidade e originalidade é tal que acreditamos que ninguém até hoje ficou indiferente ao passar por uma placa que refere nomes como Queixada da Raposa de Baixo, Picha, Orelhudo, Furamontes, Azinhaga da Bruxa, Quinta dos Malucos, Senhora do Vencimento, e tantos outros, que têm levado os mais curiosos a promoverem encontros e estudos em redor destes nichos que dizem da nossa cultura.

Sendo muitas as referências à nossa toponímia, ela permite levantamentos que nos fazem chegar a realidades factuais como é exemplo a designação das Escadas da Forca, por onde eram conduzidos em Coimbra os condenados para serem executados no Alto da Conchada; a Azinhaga dos Lázaros, também nesta cidade, que dava

acesso ao hospital que vem desde a Idade Média e destinado aos leprosos/gafos/lázaros e que aqui era conhecido por Lazareto; o Beco das Esterqueiras ou a Rua do Monturo em Lisboa, onde se amontoava o lixo, mas também a Rua do Sol ao Rato, a do Arco da Traição e a dos Prazeres, a dos Canivetes, o Largo da Aguardente, da Cadeia, dos Afetos, o Beco do Bacalhau, e tantas, tantas outras referências que aguçam a curiosidade de quem pretende buscar as origens destes batismos.

Acontece muitas vezes que as autarquias atrevem-se a mudar os nomes porque sempre foram conhecidos pela população certos espaços, ao pretenderem sobretudo homenagear figuras ligadas à política; mas o que acontece é que eles continuam a ser conhecidos e referenciados pela anterior designação, com desprezo e mesmo desconhecimento acintoso da placa que ali foi entretanto colocada. ■





## Culpados? Não há!

Os trabalhadores não podem ser implicados no chumbo do BCP nos testes de stresse do BCE. A responsabilidade tem de ser procurada no topo da hierarquia do banco

TEXTO: **CARLOS RIBEIRO SARAIVA**

Sobre os testes de "stress" feitos à banca e divulgados recentemente pelo BCE, ficámos a saber que o BCP chumbou, isto é, teve notação negativa nos referidos testes. Como consequência disso, estará em vias de ser conjecturada mais outra redução do seu "pessoal operário"? Mal afortunadamente é o costume. Quais serão os reais motivos causadores da menos boa situação financeira deste banco, outrora tão grandioso e florescente? Onde terá principiado a génese de tão grave problema? Isso não se diz; mas sabe-se. Responsáveis? Bem, os "caixas", que tanto mexem nas massas, não são, disso tenho a certeza; os funcionários que atendem o público, também não; todos aqueles que operam nas agências ou nos serviços centrais também não serão, absolutamente. Contudo, se formos continuando pelas diversas categorias profissionais, facilmente chegaremos à conclusão que daí não vêm grandes ou pequenos prejuízos à instituição.

Bom, experimentemos então trepar ao topo das hierarquias supremas, aos digníssimos administradores. Ora, então aqui, será que não existe culpa? Não!? Nem me atrevo a apontar o dedo a ninguém, só gostava de saber... Porventura estarão os valores, os desempenhos, as competências dessas altas figuras da banca directamente (apetecia-me pôr invariavelmente) proporcionais aos proventos auferidos, geradores de tantos gastos?

Muito a sério, recuso pendurar esta problemática na actual administração, uma vez que o estado patológico padecido pelo BCP já é mal antigo; obrigá-los-ia a transitar por alguns elencos administrativos! Atentemos apenas nesta questão, qual é o montante dos sucessivos aumentos de capital processados e conseguidos desde os primórdios do anterior conjunto administrativo (tendo o primeiro aumento sido realizado escassíssimos meses após a sua tomada de posse) até ao encaixe de Julho passado? Terá sido cifra parecida com seis mil milhões de euros? Por aí!... Tais balúrdios serviram para fazer face ou dar cobertura a quê?

Outro pormenor convém trazer à colação, o valor das reformas pagas a uma "boa" meia dúzia de antigos "donos e patrões", ou ilustres gestores, a totalizar cerca de meio milhão de euros por mês, catorze (serão mais?) vezes por ano. Caporal! Em média e a cada um são várias dezenas de milhares de euros mensais que, divaguemos um pouco, deixariam confortavelmente feliz

qualquer trabalhador da agropecuária, do comércio, da indústria, escritórios, outros prestadores de serviços (no fundo os tais que sem nunca deixarem de ser eternos, como sacrificados contribuintes, executam no seu dia a dia laboral acções úteis e perfeitamente visíveis por todos), se adregassem auferir essas dezenas de milhar não num mês, mas por espaço de uns dois anos...

Rejeito postar aqui o nome "desses altos personagens" da banca portuguesa pela frugal razão de não lhes reconhecer importância alguma; aliás "eles" até são sobejamente conhecidos de muitos de nós, no mínimo pelo brutal despesismo causado.

Nenhuma surpresa quanto aos resultados do BCP referentes ao terceiro trimestre de 2014. Responsáveis? A crise, a desfavorável conjuntura internacional, a depressão económica? Deixa-me rir, conforme o outro cantava.

A culpabilidade de certa estirpe de profissionais (todos supinamente bem cotados e não é só na banca, valha a verdade) por tantos descabimentos financeiros, desce, desce, até encalhar nas cómodas malhas da inexistência, na nulidade da gravidade dos factos. Sempre uma culpabilidade de modo inversamente proporcional aos rendimentos encaixados...

Saibamos proteger-nos. ■

Texto escrito ao abrigo do acordo ortográfico anterior





TEXTOS: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

## Nova parceria em seguros

Um protocolo com duas seguradoras permite aos associados usufruírem de apólices do ramo não vida com prémios mais favoráveis



Com o intuito de facultar mais vantagens aos associados, o SBN desenvolveu uma parceria com a Seguramos – Corretores de Seguros e a MACIF Seguros, que permitirá aos associados, funcionários e respetivos

agregados familiares (devidamente registados no SAMS) auferirem de apólices de seguro do ramo não vida, com prémios mais favoráveis, nos seguintes produtos e seguros: automóvel, multirriscos lar, multirriscos negócios, condomínio, viagens, acidentes pessoais, acidentes de trabalho e caçadores.

Este serviço, bem como todo o acompanhamento da apólice e sinistros, irá decorrer na Loja de Atendimento do SBN, no horário de funcionamento normal. Caso pretendam que lhes seja

feito um estudo de melhores cotações para os seguros, os beneficiários deverão facultar cópias das apólices atuais e o último recibo de pagamento.

Poderão também comodamente enviar esses dados por email para [patricia.barbosa@sbn.pt](mailto:patricia.barbosa@sbn.pt) ou pelo fax 223 398 877.

Assim que possível, ser-lhes-ão facultadas as cotações ao abrigo deste protocolo sem qualquer compromisso e, caso pretendam contratar, os serviços do SBN diligenciarão todo o processo junto das entidades parceiras. ■

## Apreciar fotografia em três mostras

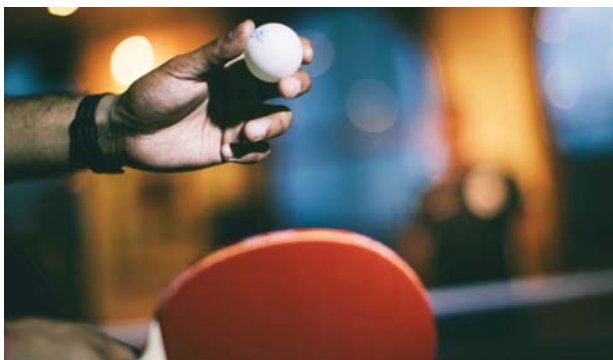
O Núcleo de Fotografia está muito ativo, como provam as três exposições praticamente simultâneas que organizou. Subordinada ao tema genérico "Caminhos", a exposição "Reflexos e Sombra", de autoria de Aires Pereira, está patente ao público na Galeria do SBN, na Rua Conde de Vizela, 145, até 3 de dezembro, às quartas e quintas-feiras, das 15 às 17h30.

Já na Galeria 302 é possível ver "Cliques", com obras de José Manuel Costa, até final de novembro.

Por fim, a exposição "Mostra Livre" poderá ser apreciada de 29 novembro a 26 de dezembro, na Galeria Utopia. ■

## Ténis de mesa

### Torneio aberto dia 29



Atendendo ao êxito das edições anteriores, e enquadrado no âmbito das suas atividades para o corrente ano, o SBN, através do seu Pelouro do Desporto, vai promover o 6.º Torneio Aberto de Ténis de Mesa, em masculinos e femininos, para sócios no ativo e reformados. O torneio decorrerá dia 29 de novembro, com início às 9h00, nos Serviços Sociais da CGD, sito na Av. Beira Mar, 141 - Canidelo - V. N. Gaia.

A inscrição é gratuita e deverá ser efetuada até dia 24, junto dos serviços do Sindicato. ■

## Caminhada noturna nas matas do Buçaco



Com a presença de 30 associados, entre a participação total de 200 caminhantes, o pelouro do Desporto do SBN promoveu, dia 26 de setembro, na Mata do Buçaco, um passeio noturno integrado na série de caminhadas "Põe-te a andar, pela tua saúde..."

Este evento desenrolou-se pelo percurso "Passeio Noturno Encenado" na serra do Buçaco, iniciativa enquadrada no âmbito do projeto "Caminhos da Batalha do Buçaco", uma parceria desenvolvida entre os municípios de Penacova e da Mealhada, a Fundação Mata do Buçaco, a Extramotion, o Exército Português e o Turismo do Centro de Portugal, que tem como objetivo que os participantes descubram, a pé, os caminhos militares percorridos na noite de 26 para 27 de setembro de 1810. ■





## Hospital celebra 20 anos

Uma sessão solene marcou o 20.º aniversário do Hospital do SAMS do Sul e Ilhas. Foi recordado o passado, com os olhos postos no futuro

Texto: **INÊS F. NETO**

Centenas de pessoas estiveram presentes na cerimónia comemorativa dos 20 anos do Hospital do SAMS, que decorreu dia 6 de novembro na Fundação Champalimaud, em Lisboa.

Membros dos órgãos sociais do SBSI e de outros Sindicatos da Febase, Clara Carneiro em representação do Presidente da República, deputados, bastonários das Ordens do setor da saúde, representantes das instituições de crédito, presidentes das administrações regionais de saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo, dirigentes do Ministério da Saúde, o reitor da Universidade Nova de Lisboa e profissionais de saúde da "família SAMS" foram alguns dos muitos convidados que se associaram a esta sessão solene.

Em representação do ministro da Saúde, que devido a um compromisso inadiável não pôde comparecer, esteve o secretário de Estado da Saúde Manuel Teixeira, que curiosamente esteve há 20 anos na inauguração do Hospital.

A sessão centrou-se em três momentos especiais. O primeiro foi uma conferência moderada por Maria de Belém Roseira e tendo como oradores Adriano Moreira, que refletiu sobre a crise do



Rui Riso cumprimenta o secretário de Estado da Saúde, acompanhado por Adalberto Campos Fernandes

Estado social, e João Lobo Antunes, cuja intervenção abordou as funções de um hospital, nas suas vertentes assistencial, de investigação e de ensino.

O segundo momento da tarde esteve a cargo do secretário de Estado e de dois responsáveis do SAMS: Rui Riso, presidente do Conselho de Gerência e da Direção do SBSI, e Adalberto Campos Fernandes, presidente da Comissão Executiva da Prestação Integrada de Cuidados de Saúde (SAMS-PICS).

Por fim, o trabalho e empenho da "família SAMS" do Hospital foi reconhecida através de uma homenagem a 20 dos seus profissionais.

A abertura e encerramento da sessão contaram com duas intervenções musicais, a primeira a cargo de um quinteto de cordas D'Arcus e a última do fadista Camané.

### Bom exemplo

O pioneirismo do SAMS no desenvolvimento da prestação de cuidados de saúde à sua população beneficiária, criando uma extensa rede de serviços internos, incluindo o Hospital, foi realçado pelos três intervenientes no segundo painel.

Adalberto Campos Fernandes considerou o SAMS como "um espaço de justiça social" e uma "nova ideia de responsabilidade social", destacando a sua capacidade para se adaptar a uma nova realidade.

Numa apreciação histórica, o presidente da Comissão Executiva do SAMS-PICS considerou o SAMS "um bom exemplo" e elogiou o modelo escolhido, "centrado no doente" e com uma aposta "inteligente em profissionais competentes e dedicados".

Salientando as palavras de João Lobo Antunes, Adalberto Campos Fernandes revelou a parceria para ensino e investigação celebrada nesse mesmo dia com a Universidade Católica. Com este exemplo de dinamismo, o responsável considerou o aniversário do Hospital representativa para a organização "uma oportunidade para ganhar ânimo para retomar o caminho da inovação e da sustentabilidade".

Também Rui Riso recordou a história do SAMS e a "completa ausência de apoio na doença aos trabalhadores bancários por parte do Estado" que levou à sua criação.

"Com a ousadia conhecida nos dirigentes sindicais dos bancários incrementaram-se serviços clínicos internos sempre e só com a missão de servir com os maiores níveis de qualidade disponíveis os trabalhadores da banca e os seus familiares", frisou.

O presidente do Conselho de Gerência destacou as centenas de milhares de consultas, exames, tratamentos e cirurgias realizadas anualmente no Hospital, concluindo: "Tal como há quase quarenta anos, tal como há vinte anos, a ousadia está e estará sempre na base da criação, da mudança e da provocação do futuro".

Referindo o significado pessoal relevante de estar presente nesta comemoração, o secretário de Estado da Saúde salientou "a perceção de qualidade do Hospital" e o "inquestionável esforço deste projeto".

Manuel Teixeira considerou que a riqueza do sistema de saúde em Portugal "é feita destas experiências", cuja "complementaridade ao SNS é importante e deve ser reforçada".

A reportagem completa da sessão será publicada na próxima edição de O Bancário. ■





## Futsal

# Magnífica liderança

Com duas vitórias e um empate, os Magníficos lideram isolados uma classificação que demonstra bastante equilíbrio

Textos: PEDRO GABRIEL



A cada jornada, uma chuva de golos. A pontaria esteve afinada nas primeiras rondas do 15.º Campeonato Interbancário de Futsal Veteranos – série Lisboa, que se realizaram nos dias 17, 24 e 31 de outubro.

No jogo inaugural, Multinhos (SIBS) e Magníficos protagonizaram uma excelente partida e terminaram empatados (3-3). Os primeiros chegaram a estar a vencer por 3-0, mas os Magníficos nunca desistiram e reduziram antes do intervalo. Na 2.ª parte, dois golos em dois minutos fixaram o resultado final.

No 2.º jogo, os Leopards (Novo Banco) não deram hipótese ao GDCTU (Unicre) tendo vencido por 5-0, com destaque para o bis de Daniel Rodrigues.

Cinco foi também o número com que a Fapoc Vet brindou os Krakes do Kintal, ambos do Millennium bcp. Todos os golos surgiram no 2.º tempo tendo o resultado se fixado em 5-1.

### Sem tempo para respirar

A melhor maneira de caracterizar o jogo entre Team Foot Activobank e Leopards, da 2.ª jornada, é dizer que não houve tempo para respirar. Foram 16 golos com o jogo a terminar em 7-9, favorável aos Leopards. Bruno Santos, com um poker, foi a figura da Team Foot, ao passo que

Daniel Rodrigues e Alexandre Caldeira, com um hat-trick cada um, repartiram o protagonismo nos Leopards.

No jogo seguinte, os Magníficos triunfaram por 4-1 sobre os Krakes do Kintal. Carlos Espírito Santo contribuiu com dois golos.

No 3.º jogo, a Fapoc Vet venceu o GDCTU por 4-2. Ao intervalo registava-se uma igualdade (1-1), mas no 2.º tempo a Fapoc Vet teve mais pontaria e conquistou os três pontos.

### Isolados

O 1.º jogo da 3.ª ronda opôs a Multinhos aos Krakes do Kintal. Prevaleceram os primeiros, por 6-2, com António Santos e Horácio Fernandes a bisarem para a equipa da SIBS.

Entre Fapoc Vet e Team Foot Activobank houve partida equilibrada. No "derby" do Millennium bcp, os golos de Rui Calcona, Armando Lima e Bruno Santos ajudaram a Team Foot a vencer por 3-2.

Com a derrota da Fapoc Vet e com a folga dos Leopards, os Magníficos sabiam que uma vitória os catapultava para o 1.º lugar e não se fizeram rogados, aplicando a terceira derrota na prova ao GDCTU (2-4).

A equipa lidera a classificação com 8 pontos, mais um que a Fapoc Vet e mais dois que os Leopards (-1 jogo).

A 4.ª jornada realizou-se no dia 7 e daremos conta dos resultados em futuras publicações. ■



Realizadas as últimas eliminatórias, são 22 os concorrentes qualificados para a próxima fase

## Pesca de Alto Mar

# Apurados definidos

Com o adiamento da 3.ª e 4.ª eliminatórias do 29.º Campeonato Interbancário de Pesca de Alto Mar, acabou por ser a 5.ª a realizar-se em primeiro lugar, em 25 de outubro.

A bordo da embarcação "Behur", João Canaverde (Millennium bcp) foi o mais forte, com 990 pontos, mais 10 do que Camilo Santos (Montepio Geral). António Alípio (IFAP), com 840 pontos, e Cândido Cordeiro (BPI), com 790, ficaram em 3.º e 4.º lugares, respetivamente.

No dia 1 realizaram-se as eliminatórias em atraso. Na 3.ª, a bordo da "Roaz", os concorrentes do Santander Totta dominaram quase por completo. Silvério Velez, com 600 pontos, Camilo Baía, com 465 pontos, e Luís Patas, com 380, terminaram no pódio. Álvaro Costa (BNP Paribas), com 340 pontos, conseguiu o último lugar de qualificação.

Na 4.ª eliminatória, na "Behur", a vitória sorriu a João Silva (Novo Banco), com 1280 pontos, seguido de António Valério (Millennium bcp), com 1155. Com 850 pontos, Paulo Pinheiro (IFAP) ficou no terceiro posto, enquanto Carlos Fernandes (Montepio Geral) foi quarto, alcançando 780 pontos.

Apurados estão também os dois melhores 5.ºs classificados no conjunto das eliminatórias: Luís Marques (CGD) e Rogério Almeida (Millennium bcp). As primeiras poules da 2.ª fase realizaram-se no dia 15, pelo que os resultados serão dados em futuras publicações. ■





Textos: **PATRICIA CAIXINHA \***



## Informação na era digital

# STAS reedita a Corrente

A revista do Sindicato regressa, agora em formato digital, contando mensalmente um pouco de história e dando notícia da atividade interna e do setor segurador

A comunicação é sem dúvida uma peça fundamental para fazer chegar uma mensagem, uma informação.

Os sindicatos, e falo do STAS em particular, atualmente necessitam de se

reinventar na forma como comunicam com os seus sócios. Hoje em dia a informação é muito digital, muito rápida e é necessário acompanhar as tecnologias da era em que vivemos. Caso contrário corremos o risco de ficar fora da corrida ou ultrapassados.

Em qualquer lugar, a qualquer momento, é possível aceder a informação nos smartphones, iPads, tablets, etc. Se pararmos um momento e observarmos as pessoas no caminho para casa ou para o trabalho, seja de transportes ou por meio próprio, raros são os que não estão ligados ao mundo digital, a falar, a "partilhar", ou de phones a ouvir música.

O mundo transforma-se rapidamente e as formas e tecnologias de fazer chegar a informação contribuem para essa transformação.

Neste momento, um dos desafios que se nos coloca é como chegar rápida e eficazmente aos nossos associados. É também um momento de reduzir os custos e, ao mesmo tempo, senão mais premente até, é importante a sindicalização e a fidelização.

### Transformação da sociedade

Revistas e brochuras em papel, além dos custos que acarretam estão cada





vez mais a cair em desuso. Não tem necessariamente a ver com o gosto pessoal de cada um, mas sim com a adaptação às transformações rápidas da sociedade, porque afinal hoje em dia é tudo "e-": e-books, e-mails, e-notícias, e-learning, e-conferências e e-reuniões, e newsletters... Além de custos mais simpáticos, a moda pega em todo o lado e em qualquer idade. Torna-se prático, acessível, rápido, cómodo e até divertido.

Como não há bela sem senão, se não houver equilíbrio na sua utilização tais transformações que servem para comunicar poderão tornar-se em si mes-

mas fatores potenciadores de isolamento e de ausência de comunicação interpessoal. Vários são os casos de "phubbing", o ato de ignorar os outros com o telefone.

## Informar associados

Longe de ser essa a nossa intenção, o STAS lança o primeiro número da sua revista Corrente em formato digital. O objetivo principal é estar em contacto com aqueles que confiam em nós para os representar. Ao mesmo tempo, procuramos manter os associados informados das novidades do setor e do que vamos fazendo por cá, por aqui e por eles.

Aproveitando a onda digital, o STAS reinventa a sua revista sindical numa newsletter que retoma os aspetos da vida do Sindicato, bem como temas relevantes da atividade seguradora, e que chega agora às nossas associadas e aos nossos associados num formato mais moderno, mais rápido, mais prático, mais eficaz.

Para este primeiro número, a Corrente reeditada surge com um artigo de opinião a que demos o nome de "Elo Principal".

Em todos os números cada membro da Direção do Sindicato terá a oportunidade de escrever sobre um tema a seu gosto. Nesta Corrente o espaço é da autoria do nosso presidente Carlos Marques, que aborda a crise com muita originalidade.

O espaço "Agenda" permite ao nosso sócio ter a informação dos eventos mais importantes do seu Sindicato.

No "Elo Coletivo" temos uma área reservada aos aspetos, notícias e informações sobre o nosso CCT.

As "Curiosidades" são isso mesmo, curiosidades sobre o setor segurador, sobre aspetos da vida do Sindicato e da vida sindical. Sabe, por exemplo, qual a data de entrada em vigor do primeiro Contrato Coletivo de Trabalho? E qual o horário de trabalho nessa altura?

Dedicamos um espaço ao qual demos o nome de "Em Corrente", que se destina ao destaque de notícias sobre o setor segurador que são da responsabilidade dos colegas, nossos representantes, que se encontram nas empresas e que terão mensalmente uma oportunidade para dar a conhecer aspetos relevantes da sua companhia. Para o arranque nada melhor do que dar espaço ao Clube Chapas que, já a caminho dos quatro anos de existência, conta-nos um pouco da sua histó-

ria e faz o balanço destes anos de vida.

O espaço "Outras Correntes" sugere leituras, eventos e atividades relacionados com o mundo sindical e o setor segurador, e onde se poderá ter interesse em ler, experimentar, conhecer e aprofundar. Neste primeiro número o destaque vai para o livro "Sindicato - Empresa" de Paulo Pereira de Almeida, que aborda um novo modelo de sindicatos.

O "Elo Sénior" é uma área reservada à Universidade Sénior Pedro Santa-rém, com novidades, notícias e informações relevantes sobre a vida da universidade.

Nos "Elos em Direto", damos voz aos nossos delegados sindicais e conselheiros gerais, que nos falam sobre a sua intervenção na vida do Sindicato. Neste primeiro número digital, a Corrente destaca as razões que levaram o Armando Pinheiro Santos a tornar-se delegado sindical.

Também na nossa newsletter teremos os "Jurídicos Online" que abordam temas laborais na sua vertente jurídica.

## Espaço para todos

Existe ainda um espaço destinado à Febase, que neste primeiro número noticia a Caminhada da Água, uma iniciativa da Federação.

Nos "Novos Elos" damos destaque a um protocolo dando a conhecer aos associados os benefícios que podem usufruir em diversas entidades nossas parceiras.

Porque acreditamos na comunicação, porque acreditamos na inovação, porque acreditamos na reinvenção, a Corrente, a newsletter do STAS, é muito mais do que uma revista, muito mais do que uma newsletter, é a nossa História e contamos consigo para fazer parte dela.

A revista terá uma periodicidade mensal e poderá aceder ao número de novembro através do link: <http://www.stas.pt/newsletters/corrente/2014-11-06/index.html>.

Caso não o tenha recebido via correio eletrónico, contacte-nos através do número 211 383 593 ou através do endereço [stas@stas.pt](mailto:stas@stas.pt).

O STAS ao seu serviço. ■

\*Responsável de Comunicação e Imagem







# CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de outubro

## TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Animação na ponte"  
Jorge Araújo



"À gota"  
António Mata



"A Torre"  
Miguel Capitão



"Reflexos na lagoa"  
José Canelas



"Bolinha de penas"  
Maria Barata



"Oceanário"  
Manuel Nunes

## TEMA - LIVRE



"Outro mundo"  
Francisco Oliveira



"Olhar indiano"  
Luís Rego



"Handmade"  
Emanuel Pontes



"Divisão de águas"  
José Canelas



"Dente de leão"  
José Guimarães



"Woman in red"  
Jorge Araújo